

# **RELATÓRIO DE GESTÃO 2024-2026**

**Ministério Público de Contas  
do Estado de Minas Gerais**



**MPC-MG**

Ministério Público de Contas  
do Estado de Minas Gerais

# **RELATÓRIO DE GESTÃO 2024-2026**







**Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO 2024-2026**

**Belo Horizonte  
Maio de 2026**



# SUMÁRIO

- 07 Quem somos
- 09 Organograma
- 10 Apresentação
  
- 15 **POR DENTRO DO MPC-MG**
- 17 Reestruturação física
- 20 Instalação da Galeria de Procuradores-Gerais
- 21 **Subprocuradoria-Geral**
- 22 **Secretaria**
- 24 Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas
- 25 Coordenadoria de Apoio Operacional
- 26 **Corregedoria**
- 27 **Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos**
- 30 **Comissões**
  
- 39 **ESTRATÉGIA, INDICADORES E RESULTADOS**
- 40 **Planejamento Estratégico 2024-2028**
- 42 **Indicadores Estratégicos da Gestão**
- 46 Atos normativos
- 47 Tramitação entre o MPC-MG e o TCE-MG
  
- 51 **ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E DIÁLOGO**
- 52 Capacitações e eventos



## 59 **ESCUta, TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO PÚBLICA**

60 **Ouvidoria**

61 **Comunicação Pública**

63 Nova identidade visual

64 MPC Notícias

67 Redes Sociais

69 MPC Cast

73 Instância de Revisão e Padronização

75 **Projeto Conhecendo o MPC**

79 **Termos de Adesão e Cooperação Técnica**

## 81 **CONHECIMENTO, PESQUISA E FORMAÇÃO TÉCNICA**

82 **Tecnologia, Governança  
e Conhecimento Institucional**

83 **Revista Controle em Foco**

86 Inserção Nacional e internacional do MPC-MG nos  
debates contemporâneos do controle externo

## 94 **O CONTROLE EXTERNO EM TRANSFORMAÇÃO**

95 **Infraestrutura Institucional e Modernização dos  
Espaços de Deliberação**

96 **Inteligência institucional, fronteira tecnológica  
e valor público**

98 **Olhar para o futuro**



# Colégio de Procuradores

## PROCURADOR-GERAL



Marcílio Barenco Corrêa de Mello

## SUBPROCURADOR-GERAL



Daniel de Carvalho Guimarães

## PROCURADORA-OUVIDORA



Elke Andrade  
Soares de Moura

## PROCURADORA-CORREGEDORA



Sara Meinberg Schmidt  
de Andrade Duarte

## PROCURADORA



Maria Cecília  
Mendes Borges

## PROCURADOR



Glaydson Santo  
Soprani Massaria

## PROCURADORA



Cristina Andrade  
Melo

# Quem somos?

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG), instituição permanente, essencial à função jurisdicional de controle do Estado, incumbe-se da defesa da ordem jurídica e do regime democrático, atuando na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de Minas Gerais e de seus Municípios. São princípios institucionais do Ministério Público de Contas a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.



Os membros do Colégio de Procuradores do MPC-MG: o Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria; a Procuradora Maria Cecília Mendes Borges; a Procuradora Cristina Andrade Melo; a Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte; o Procurador-Geral, Marcílio Barengo Corrêa de Mello; a Procuradora-Ouvidora, Elke Andrade Soares de Moura; e o Subprocurador-Geral, Daniel de Carvalho Guimarães. Foto: MPC-MG.

## Principais atribuições do MPC-MG •

- a) promover a defesa da ordem jurídica, requerendo as medidas e providências de interesse do controle externo da Administração Pública estadual e municipal;
- b) comparecer às sessões de julgamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG);



c) promover, perante os órgãos competentes da advocacia pública, as medidas necessárias à execução das decisões do Tribunal;

d) acompanhar a execução das decisões do Tribunal;

e) propor medidas cautelares visando à preservação do patrimônio público e ao cumprimento das normas constitucionais e legais;

f) acionar outros ramos do Ministério Público para a adoção das medidas legais no âmbito de sua competência e acompanhar as providências porventura adotadas;

g) manifestar-se nos processos em que seja obrigado por lei e, ainda, naqueles em que for cabível a sua intervenção para assegurar o exercício de suas funções institucionais, não importando a fase ou o grau de jurisdição;

h) representar ao Procurador-Geral de Justiça para arguição de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais que tratem de matérias afetas ao controle externo da Administração Pública em face da Constituição estadual;

i) representar ao Procurador-Geral da República para a arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual que tratem de matérias afetas ao controle externo da Administração Pública em face da Constituição da República.

### **Missão**

Zelar pelo cumprimento da Constituição da República e da Constituição do Estado de Minas Gerais e ser reconhecido como instituição de excelência na garantia da responsabilidade fiscal e da boa gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

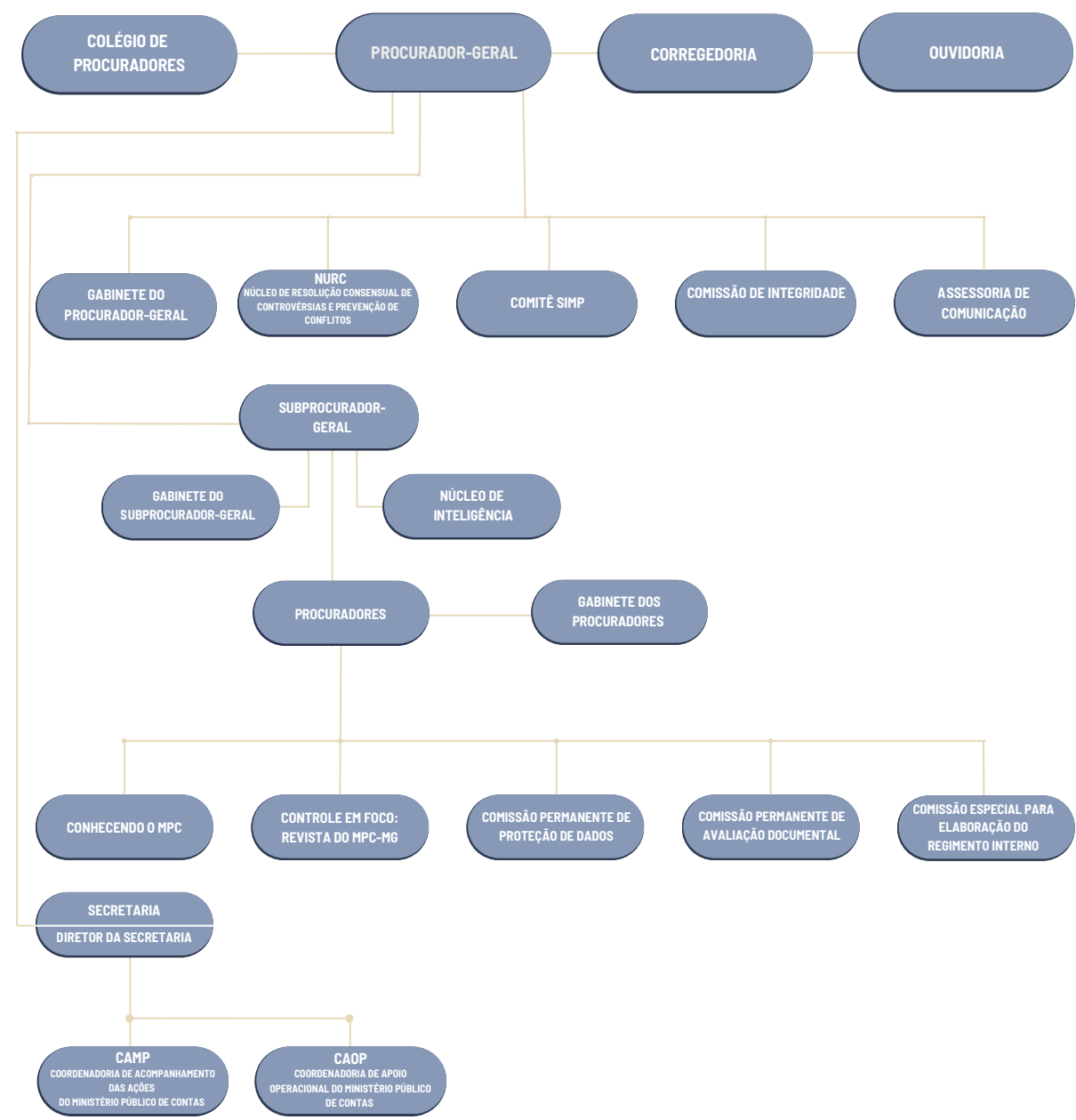
### **Visão**

Ser instituição de referência no combate à corrupção e à má gestão dos recursos públicos, no âmbito do controle externo.

### **Valores**

Integridade, transparência, independência funcional e efetividade.

# Organograma





# Apresentação



As instituições de controle externo foram concebidas, historicamente, para atuar sobre o passado. Examinar contas, reconstruir fatos administrativos, identificar ilegalidades e responsabilizar agentes públicos sempre integrou o núcleo clássico de suas atribuições constitucionais.

Os últimos anos, porém, passaram a exigir algo diferente. A Administração Pública tornou-se mais fragmentada, mais tecnológica e mais dependente de estruturas complexas de coordenação. A expansão das plataformas digitais, a circulação massiva de dados públicos, a crescente judicialização da gestão estatal e o aumento das demandas sociais por transparência alteraram profundamente o ambiente sobre o qual o controle externo passou a incidir.

À vista disso, tornou-se insuficiente compreender a fiscalização pública apenas como atividade retrospectiva ou mecanismo de sanção tardia. À frente do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais por dois biênios, entre 2022 e 2026, Marcílio Barenco sustenta que parte importante dos desafios contemporâneos do controle externo decorre da necessidade de compreender políticas públicas e estruturas administrativas para além da lógica tradicional do processo individual e isolado.

Determinados problemas institucionais não se resolvem apenas pela invalidação posterior do ato administrativo. Exigem atuação coordenada, prevenção de desorganizações estatais e fortalecimento da capacidade institucional do próprio poder público.[1] As medidas desenvolvidas pelo MPC-MG entre 2022 e 2026 foram alicerçadas nessa compreensão.

O primeiro ciclo da gestão de Marcílio Barenco concentrou esforços na criação de bases institucionais permanentes. A implantação da Ouvidoria, a criação do Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos (NURC), a reorganização administrativa da Secretaria, a reformulação das estratégias de comunicação institucional, a criação do MPC Cast e o fortalecimento da Revista *Controle em Foco* compõem esse movimento inicial de estruturação institucional.

Entre 2024 e 2026, o desafio tornou-se outro. Já não se tratava apenas de instituir mecanismos administrativos ou criar estruturas internas. Tornou-se necessário estabilizar fluxos, integrar equipes, sedimentar práticas institucionais e ampliar capacidade organizacional para responder a problemas públicos progressivamente mais complexos.

Parte significativa das mudanças descritas neste Relatório operou justamente nesse plano menos visível da vida institucional.

A **reorganização física e operacional da Diretoria, da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas (CAMP) e da Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP)**, por exemplo, não resultou de decisão

---

[1] MELLO, Marcílio Barenco Corrêa de. Processos estruturais e Administração Pública: desafios institucionais para o controle consensual. In: MELLO, Marcílio Barenco Corrêa de; OLIVEIRA, Márcio Luís (Org.). **Processo estrutural comparado**: entre o controle judicial, o controle externo e a construção de políticas públicas. Belo Horizonte: Ampcon, 2025.



vertical ou exclusivamente administrativa. Os coordenadores e servidores das unidades foram ouvidos ao longo do processo de reorganização dos espaços e dos fluxos internos, justamente por serem aqueles que conviviam diariamente com as dificuldades operacionais produzidas pela fragmentação física das equipes.

A redistribuição dos ambientes de trabalho fortaleceu a circulação institucional de informações, aproximou setores diretamente interdependentes e reduziu dispersões que dificultavam acompanhamento processual, comunicação interna e coordenação administrativa.

O mesmo ocorreu com o **NURC**. A introdução mais sistemática de mecanismos consensuais no âmbito do Ministério Público de Contas não proveio de compreensão mitigada do controle externo ou de flexibilização da atividade fiscalizatória. Resultou, antes, da percepção de que determinadas controvérsias administrativas produzem respostas mais eficientes quando enfrentadas por instrumentos capazes de estimular regularizações céleres, reduzir litigiosidade desnecessária e preservar capacidade decisória da Administração Pública. A experiência recente do Direito Administrativo brasileiro demonstra que estruturas públicas excessivamente capturadas pela lógica exclusiva da sanção posterior frequentemente produzem administrações defensivas, baixa capacidade de implementação de políticas públicas e progressiva deterioração da racionalidade decisória estatal.



Também a **Ouvidoria** passou a ocupar posição distinta ao longo desse período. O crescimento das manifestações recebidas alterou a própria capacidade do Ministério Público de Contas de identificar irregularidades com base em informações produzidas diretamente pela sociedade. O controle social deixou de ocupar espaço periférico para se tornar elemento progressivamente integrado às estratégias institucionais de fiscalização.

A circulação pública da informação também assumiu papel mais relevante na atuação do órgão. A consolidação do MPC Notícias, a ampliação do MPC Cast, o fortalecimento da presença digital institucional e a expansão das estratégias de comunicação pública não se limitaram à divulgação de atividades administrativas. Essas iniciativas passaram a integrar política mais ampla de transparência institucional, aproximação social e democratização do acesso às discussões relacionadas ao controle externo. Instituições herméticas tendem a produzir distanciamento social, baixa inteligibilidade administrativa e fragilidade de legitimidade democrática.

Ao mesmo tempo, a transformação tecnológica da Administração Pública passou a exigir novas capacidades institucionais dos órgãos de controle. Temas como governança climática, inteligência artificial, proteção de dados, consensualismo administrativo e análise de políticas públicas deixaram de ocupar posição periférica no debate jurídico-administrativo, assumindo o próprio núcleo das discussões relacionadas ao futuro do Estado e da fiscalização pública.

O crescimento exponencial das bases digitais de informação estatal tende a deslocar o controle externo para modelos cada vez mais orientados por:

**interoperabilidade institucional**

**análise estratégica de dados**

**prevenção de riscos**

**compreensão estrutural das políticas públicas**



Esse movimento exigirá instituições tecnicamente mais preparadas, socialmente mais permeáveis e capazes de compreender que a proteção do interesse público não se esgota na invalidação tardia do ato ilegal.

Ao longo dos últimos anos, buscamos preparar o Ministério Público de Contas para esse cenário. Os dados, iniciativas e transformações apresentados nas páginas seguintes registram esse processo. Aqui, enumeramos as atividades administrativas desenvolvidas entre 2024 e 2026, e documentamos as mudanças institucionais que passaram a ampliar, paulatinamente, a capacidade pública de atuação do controle externo mineiro.





# **POR DENTRO DO MPC-MG**





A sede do MPC-MG.

A reorganização administrativa iniciada no primeiro ciclo da gestão, entre 2024 e 2026, produziu efeitos mais perceptíveis sobre os fluxos internos de funcionamento do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

A integração entre unidades, a racionalização dos procedimentos internos e a estabilização de mecanismos de acompanhamento institucional ampliaram a capacidade operacional do órgão e fortaleceram a efetividade das atividades relacionadas ao controle externo.

Instituições de fiscalização pública produzem resultados limitados quando operam com fluxos fragmentados, baixa integração entre unidades e circulação dispersa de informações. Parte importante das medidas desenvolvidas MPC-MG entre 2024 e 2026 concentrou-se, por isso, no fortalecimento dessas estruturas permanentes de funcionamento.

Em muitos casos, tratou-se de transformações pouco perceptíveis fora da rotina do Órgão. Ainda assim, essas mudanças permitiram fortalecer o acompanhamento processual, racionalizar mecanismos internos de funcionamento e ampliar capacidade institucional de resposta.



# Reestruturação física



Palácio Ruy Barbosa,  
sede do TCE-MG.

O MPC-MG atua junto ao TCE-MG na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública estadual e municipal. Por isso, sua estrutura física está inserida no mesmo prédio da Corte de Contas.

Devido à necessidade de reestruturação em sua sede, com foco na melhoria das condições de trabalho e na otimização dos espaços utilizados pela Secretaria do Órgão Ministerial, em outubro de 2025, foram realizadas mudanças que envolveram as áreas da Diretoria, da CAMP e da CAOP.

Antes da reforma, os setores funcionavam em salas menores e um deles tinha a equipe dividida em duas salas, o que dificultava a comunicação entre servidores. Pequenos ambientes serviam como arquivo físico de processos, que hoje estão totalmente digitalizados, e acabavam pouco aproveitados.

Com a obra, o layout foi completamente reformulado. As divisórias que formavam o corredor foram removidas, e as salas menores foram integradas, resultando em ambientes mais amplos, bem iluminados e funcionais. Tanto a CAMP quanto a CAOP ganharam mais espaço e estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.

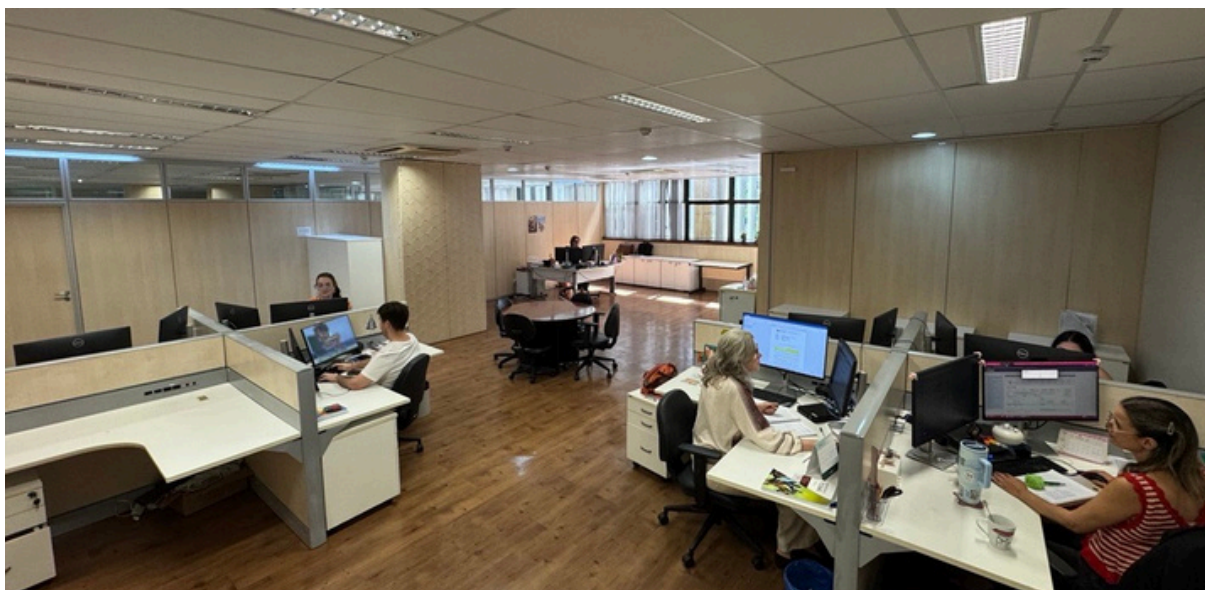
A reestruturação também incluiu a adequação dos espaços do Gabinete de Inteligência e da Corregedoria, promovendo maior integração entre os setores.



A nova sala da Corregedoria.

A Coordenadora da CAMP, Maria Carmem Reis Almeida de Castro, destacou o ganho em funcionalidade e conforto:

“A obra possibilitou organizar de forma mais eficiente as estações de trabalho e armários. Conseguimos também incluir uma mesa para reuniões, o que valoriza a integração e a troca de ideias entre a equipe”, contou Maria Carmem.



O novo espaço físico da CAMP.  
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Já o Coordenador da CAOP, Vanderlei Alves Nicolau, reforçou os efeitos positivos no dia a dia de trabalho:

”

“O espaço agora está adequado às necessidades da equipe, e isso reflete diretamente na produtividade e no conforto de todos”, afirmou Vanderlei.



Novas instalações da CAOP.  
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



A nova sala da Diretoria. Foto: MPC-MG

# Instalação da Galeria de Procuradores-Gerais

No dia 10 de julho, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais inaugurou a Galeria de Procuradores-Gerais, instalada no corredor principal do Órgão Ministerial.



A Galeria de Procuradores-Gerais.

Quem passar por esse espaço – membros, autoridades, advogados, servidores, colaboradores ou visitantes – poderá conhecer a história do MPC-MG por meio de rostos, datas e gestões que marcaram a construção da instituição.

A iniciativa, idealizada pelo atual Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, visa salvaguardar a memória institucional e valorizar a contribuição de cada liderança na trajetória do Órgão Ministerial desde sua criação. Para Barenco,

“

Embora sejamos uma instituição jovem, com pouco mais de 20 anos, temos o dever de cultivar nossa memória. O cuidado com a história é elemento fundamental para a construção de nossa identidade e o fortalecimento de uma cultura organizacional conectada ao passado e comprometida com o futuro.

A Galeria traz foto e placa com indicação dos biênios em que o Procurador ou a Procuradora exerceu a chefia do Órgão Ministerial, além de um QR Code que direciona a uma página virtual com informações sobre cada gestão.



**Glaysdon Massaria**  
2010-2012  
2012-2014



**Daniel Guimarões**  
2014-2016  
2016-2018



**Elke Moura**  
2018-2020  
2020-2022



**Marcílio Barenco**  
2022-2024  
2024-2026

# Subprocuradoria-Geral

A Subprocuradoria-Geral do Ministério Público de Contas exerce função estratégica no apoio à condução institucional do Órgão, assegurando continuidade administrativa, estabilidade decisória e suporte permanente às atribuições da Procuradoria-Geral. De livre escolha do Procurador-Geral entre os membros da carreira, compete ao Subprocurador-Geral substituí-lo em suas ausências, impedimentos e afastamentos, além de colaborar diretamente com a articulação de iniciativas institucionais, administrativas e finalísticas.

Na atual gestão, a Subprocuradoria-Geral foi exercida pelo Procurador Daniel de Carvalho Guimarães, cuja atuação contribuiu para o fortalecimento das atividades internas do órgão, especialmente no acompanhamento de projetos estratégicos, no apoio à coordenação institucional e na integração entre setores administrativos e finalísticos.

Sob sua chefia, o Gabinete de Inteligência manteve a continuidade das atividades iniciadas em 2022, após sua criação em 2020, consolidando-se como importante estrutura de apoio à produção de informações estratégicas e ao acompanhamento de temas sensíveis à atuação ministerial. Vinculado à Subprocuradoria-Geral, o núcleo atuou em articulação com a Procuradoria-Geral e demais setores, contribuindo para a organização de fluxos informacionais, o monitoramento institucional e o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança interna.

Ao longo da segunda gestão do Procurador-Geral Marcílio Barenco, a atuação conjunta entre Procuradoria-Geral e Subprocuradoria-Geral contribuiu para a definição de diretrizes institucionais orientadas pela eficiência administrativa, pela integração organizacional e pelo aperfeiçoamento contínuo das atividades desempenhadas pelo Ministério Público de Contas.



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães.



# Secretaria

## Coordenação administrativa e integração institucional

A Secretaria permaneceu, ao longo da gestão 2024-2026, como principal núcleo de sustentação administrativa e operacional do *Parquet* Especial. Grande parte das mudanças implementadas esteve relacionada à reorganização dos fluxos internos de trabalho e à ampliação da capacidade institucional de coordenação entre unidades diretamente vinculadas à atividade finalística do órgão, isto é, a Diretoria, a Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas e a Coordenadoria de Apoio Operacional.



Acima, integrantes da Secretaria: Vinícius de Oliveira Almeida (Diretoria), Vanderlei Alves Nicolau (Coordenador da CAOP), Maria Carmem Reis Almeida de Castro (Coordenadora da CAMP) e André Teixeira Tébit (Diretor). Foto: MPC-MG.

A reorganização física da Diretoria, da CAMP e da CAOP mencionada anteriormente produziu efeitos que ultrapassaram a mera redistribuição espacial das equipes.

A aproximação entre setores cujas atividades operam de maneira diretamente interdependente permitiu:

- fortalecimento da circulação institucional de informações;
- maior integração entre equipes;
- redução de dispersões procedimentais; e
- racionalização dos fluxos administrativos relacionados ao acompanhamento processual.

O processo de reorganização foi construído de maneira dialogada com coordenadores e servidores das unidades, especialmente por serem aqueles que conviviam, no cotidiano, com os obstáculos operacionais produzidos pela fragmentação física das estruturas administrativas.

As mudanças implementadas também acompanharam transformação mais ampla relacionada à:

- digitalização gradual dos procedimentos internos;
- ampliação das atividades eletrônicas;
- redução da dependência de arquivos físicos; e
- incorporação de mecanismos digitais de acompanhamento institucional.

Ao longo do período, a Secretaria também concentrou atividades relacionadas:

- à organização administrativa do Colégio de Procuradores;
- ao suporte técnico das sessões;
- ao acompanhamento das deliberações administrativas; e
- à articulação operacional entre gabinetes e unidades de apoio.

A estabilização desses fluxos internos passou a produzir efeitos mais perceptíveis sobre:

- capacidade de resposta institucional;
- coordenação administrativa;
- circulação de informações; e
- efetividade organizacional do Ministério Público de Contas.

# Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas

## Efetividade das decisões e fortalecimento da execução institucional

A Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas (CAMP) concentrou atividades relacionadas ao monitoramento das decisões do Tribunal de Contas e ao acompanhamento das providências adotadas pelos jurisdicionados. A atuação desenvolvida pela unidade ao longo do período ampliou capacidade institucional do MPC-MG de acompanhar, de maneira contínua, os desdobramentos concretos das deliberações relacionadas ao controle externo.

O fortalecimento das rotinas de acompanhamento permitiu maior rastreabilidade das execuções relacionadas a:

- multas;
- restituições ao erário; e
- cumprimento de determinações expedidas no âmbito do Tribunal de Contas.

Em fevereiro de 2026, aproximadamente **260 processos** aguardavam remessa legislativa para julgamento das contas pelos Municípios. Desses, **228** permaneciam dentro do prazo regulamentar de **120 dias**. Nenhum processo ultrapassava **360 dias** de tramitação na unidade.

O dado é relevante. A estabilização dos mecanismos internos de acompanhamento contribuiu para redução de riscos de paralisação prolongada dos procedimentos relacionados ao julgamento das contas públicas municipais.

Entre 2024 e 2026:

- cerca de **450 ações de execução** foram acompanhadas; e
- aproximadamente **800 certidões de débito** foram regularizadas por quitação ou cancelamento.

A atuação da CAMP também fortaleceu:

- efetividade prática das decisões relacionadas ao controle externo;
- capacidade institucional de monitoramento das deliberações; e
- acompanhamento contínuo das providências adotadas pelos jurisdicionados.



# Coordenadoria de Apoio Operacional

## Inteligência operacional e organização dos fluxos de informação

A Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP) concentrou atividades relativas a:

- triagem de notícias de irregularidade;
- acompanhamento das representações formuladas pelos Procuradores;
- organização dos fluxos internos de tramitação processual.

Ao longo do período, a unidade ampliou integração entre mecanismos de pesquisa processual, circulação institucional de informações e monitoramento das demandas submetidas ao Ministério Público de Contas.

As pesquisas realizadas no Sistema Informatizado do Ministério Público de Contas (SIMP) e no Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Processos (SGAP) foram inseridas na rotina permanente da unidade.

A sistematização dessas ações permitiu:

- identificação de procedimentos correlatos;
- racionalização das distribuições;
- redução de sobreposições administrativas; e
- fortalecimento da inteligência operacional do órgão.

Até fevereiro de 2026:

- aproximadamente **300 procedimentos investigatórios** haviam sido distribuídos;
- **27 assuntos administrativos** foram encaminhados aos gabinetes; e
- **8 pedidos de cooperação institucional** tramitaram pela unidade.

A reorganização dos fluxos internos da CAOP contribuiu para ampliar capacidade institucional de operação integrada das informações relacionadas à atuação do Ministério Público de Contas.

Também fortaleceu a:

- estabilidade procedimental;
- coordenação administrativa; e
- organização das rotinas de acompanhamento institucional.

# Corregedoria

## Integridade institucional e estabilidade procedimental

A Corregedoria atravessou, entre 2024 e 2026, etapa importante de fixação normativa e organizacional.

A unidade concentrou esforços:

- na elaboração de proposta de Regimento Interno;
- no desenvolvimento de projeto de Código de Ética dos Membros; e
- na análise comparada de práticas adotadas por outros ramos ministeriais e instituições públicas.

As medidas desenvolvidas buscaram fortalecer:

- mecanismos internos de integridade;
- estabilidade procedimental;
- organização institucional; e
- segurança jurídica das atividades correicionais.

O período também registrou ampliação das discussões relacionadas à:

- governança institucional;
- uniformização de procedimentos; e
- preservação de padrões administrativos voltados à estabilidade das atividades do Órgão.

A efetivação dessas estruturas acompanha movimento mais amplo observado nas instituições públicas contemporâneas, cada vez mais demandadas a operar com mecanismos permanentes de:

**integridade**

**transparência**

**governança**

**racionalidade  
administrativa**



# Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos

## Consensualismo, prevenção de conflitos e racionalidade administrativa

A criação do Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos (NURC), no primeiro ciclo da gestão, marcou incorporação mais sistemática de mecanismos consensuais à atuação do Ministério Público de Contas.

Entre 2024 e 2026, ampliamos capacidade institucional de estimular regularizações administrativas mais céleres e reduzir litigiosidade desnecessária relacionada ao controle externo.

Ao longo do período, foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta de Gestão, possibilitando que diferentes controvérsias administrativas passassem a ser solucionadas sem necessidade de prolongamento judicial.

A experiência desenvolvida no âmbito do NURC fortaleceu:

- mecanismos preventivos de atuação institucional;
- racionalização administrativa;
- efetividade das decisões do controle externo; e
- recuperação mais célere de recursos relacionados ao erário.

A utilização de mecanismos consensuais não decorreu de mitigação da atividade fiscalizatória. Ao contrário. Partiu da compreensão de que determinadas controvérsias administrativas produzem resultados mais eficientes quando enfrentadas por instrumentos capazes de:

- estimular regularização voluntária;
- reduzir custos institucionais associados à litigiosidade prolongada; e
- preservar capacidade operacional da Administração Pública.

A experiência recente do Direito Administrativo brasileiro demonstra que estruturas públicas excessivamente capturadas pela lógica exclusiva da sanção posterior frequentemente produzem administrações defensivas e dificuldades crescentes de implementação das políticas públicas. O fortalecimento de mecanismos preventivos e consensuais respondeu, em parte, a esse cenário.

**Conciliação**

+

**Regularização  
administrativa**

+

**Redução de  
litigiosidade**

=

**Maior efetividade do controle externo**





## **Dados de conciliações realizadas no âmbito da Procuradoria-Geral**

23 de outubro de 2023 - maio de 2026

### **278 conciliações realizadas**

- **166** presencialmente
- **112** on-line

### **443 certidões pagas**

- **202** pagamentos espontâneos com conciliação
- **143** pagamentos espontâneos sem conciliação
- **50** pagamentos no cartório
- **25** pagamentos pós protesto

### **377 títulos protestados**

#### **Total pago**

**R\$ 1.772.357,23**

(um milhão, setecentos e setenta e dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos)

- **R\$ 1.167.225,42** - multa
- **R\$ 605,131,81** - restituição para o Estado e Municípios

#### **Resultado institucional**

A regularização consensual de débitos fortaleceu mecanismos de recomposição ao erário e ampliou efetividade prática das decisões relacionadas ao controle externo.

# Comissões

## Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno do MPC-MG

Instituída pela Portaria PG nº 22, de 6 de julho de 2022, com prazo inicial de 12 meses, e **presidida pela Procuradora Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte**, a Comissão foi criada em um período de ampliação das estruturas administrativas, expansão das formas de atuação do controle externo ministerial e crescente produção normativa no âmbito do MPC-MG. O conjunto de resoluções editadas ao longo dos anos, muitas vezes voltadas a problemas específicos e contextos institucionais distintos, passou a exigir reorganização sistemática, padronização procedimental e maior unidade normativa.

Os trabalhos iniciados em 2022 concentraram-se na consolidação das resoluções vigentes, na definição da estrutura geral do futuro Regimento Interno e na incorporação de órgãos e mecanismos que agora compõem, de forma permanente, o funcionamento institucional do Ministério Público de Contas, como Corregedoria, Ouvidoria, Gabinete de Inteligência e Núcleo Permanente de Resolução Consensual de Conflitos. Também foram analisados modelos regimentais de outros Ministérios Públicos de Contas, critérios de organização interna e parâmetros de distribuição de competências entre os diversos órgãos do MPC-MG.

Em 2023, o grupo de trabalho aprofundou debates relacionados à conformação administrativa do órgão, abrangendo atribuições da Procuradoria-Geral, Subprocuradoria-Geral, Colégio de Procuradores, Procuradorias e órgãos auxiliares.



A Presidente da Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno, Procuradora Sara Meinberg.

As discussões alcançaram temas ligados à distribuição processual, substituições, organização dos gabinetes, procedimentos investigatórios e mecanismos de coordenação interna. A elaboração do texto regimental demandou compatibilização entre estruturas criadas em momentos distintos da trajetória institucional do do Órgão e a necessidade de conferir maior estabilidade normativa ao funcionamento institucional.

Entre 2024 e 2025, os trabalhos avançaram sobre a disciplina da elaboração e aprovação de atos normativos no âmbito do Ministério Público de Contas. A Comissão passou a discutir critérios de tramitação de propostas normativas, processamento de emendas e substitutivos, deliberação em turnos e utilização do plenário virtual em matérias regimentais e administrativas. Nesse período, ganhou relevo a discussão sobre os próprios mecanismos de formação das decisões institucionais, especialmente diante do aumento da complexidade procedimental e da multiplicação de atos normativos internos.

A revisão da Resolução MPC-MG nº 28/2023, relativa às sessões plenárias virtuais do Colégio de Procuradores, inseriu-se nesse processo de reorganização procedimental. As discussões envolveram limites para deliberação virtual em matérias normativas, preservação do debate colegiado e definição de mecanismos destinados a assegurar estabilidade decisória e segurança institucional.

Paralelamente, a Comissão desenvolveu trabalho contínuo de racionalização da linguagem normativa e padronização técnica do futuro Regimento Interno. Foram debatidos critérios de técnica legislativa, uniformização terminológica, hierarquia dos dispositivos regimentais e coerência sistêmica entre resoluções já vigentes e os novos modelos procedimentais em elaboração. O objetivo consistia em reduzir sobreposições normativas, minimizar ambiguidades interpretativas e conferir maior organicidade ao conjunto regulatório do MPC-MG.

A complexidade da revisão normativa fez com que os trabalhos ultrapassassem o horizonte inicialmente previsto. A Comissão teve sua vigência sucessivamente prorrogada ao longo dos anos seguintes, permanecendo em atividade até o momento (maio de 2026). Essa continuidade dos trabalhos revela que a revisão regimental do Ministério Público de Contas não se limita à consolidação de resoluções existentes, uma vez que também envolve redefinição estrutural de procedimentos, competências e modelos de funcionamento institucional.



## Comissão de Integridade

A Comissão de Integridade do MPC-MG, instituída pela Portaria PG nº 21/2022 e **presidida pelo Diretor do MPC-MG, André Teixeira Tebit**, foi criada com a finalidade de estruturar políticas institucionais voltadas à integridade, governança, planejamento estratégico, ética administrativa e fortalecimento dos mecanismos de prevenção de riscos institucionais no âmbito do órgão. Desde sua instalação, a Comissão passou a atuar na construção de instrumentos normativos, organizacionais e estratégicos destinados à consolidação de uma cultura institucional orientada pela integridade, pela transparência e pela modernização administrativa.

Entre 2022 e 2024, a Comissão concentrou esforços na elaboração das bases estruturantes da política de integridade do MPC-MG. No primeiro ano, as reuniões foram voltadas à discussão do Código de Conduta, do Programa de Integridade, do Plano Estratégico institucional e de mecanismos de proteção da informação, incluindo debates sobre sigilo de dados, segurança institucional e utilização do SIMP. Também foram analisadas experiências de outros órgãos públicos, especialmente em temas relacionados à prevenção de conflitos de interesse, gestão de riscos e responsabilização administrativa.



Integrantes da Comissão de Integridade: Rafael Arrieiro, Carolina Pagani, Letícia Junqueira, Soraia Dias, Micheli Ribeiro, Tatiana Rodrigues, André Tebit, Lílían de Oliveira, Vinícius Almeida, Nara Mattar e Tatiane de Jesus. 14 jun. 2024. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

A partir de 2023, o grupo se concentrou na elaboração do Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2028, iniciativa construída de forma colaborativa e articulada entre gabinetes, unidades técnicas e Procuradoria-Geral. Para tanto, foram definidos pilares institucionais, objetivos estratégicos, ações prioritárias e mecanismos de acompanhamento voltados à modernização administrativa, fortalecimento do controle externo, melhoria da infraestrutura tecnológica, gestão do conhecimento, comunicação institucional, participação social e promoção da cultura de integridade.

Também foram realizadas reuniões técnicas com setores estratégicos do MPC-MG, como CAOP e CAMP, para levantamento de demandas operacionais, identificação de gargalos administrativos e formulação de ações relacionadas à estrutura física, modernização tecnológica, qualificação de servidores, gestão documental, fiscalização proativa e monitoramento de decisões do Tribunal de Contas.

Em 2024, após a conclusão editorial e a aprovação institucional do Planejamento Estratégico 2024-2028 pelo Colégio de Procuradores, a Comissão passou a atuar no monitoramento da execução das ações estratégicas e na disseminação da cultura de integridade no âmbito do MPC-MG. Foi nesse ano que a Comissão promoveu interlocução institucional com a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG), recebendo representantes responsáveis pela apresentação do Sistema da Política Mineira de Promoção da Integridade (SisPMPI). As discussões envolveram governança de integridade, diagnóstico institucional, canais de denúncia, segregação de funções, monitoramento de riscos, programas de comunicação e mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações de integridade. A experiência contribuiu para aprofundar os estudos relacionados à implementação de um sistema estruturado de integridade no MPC-MG.

No mesmo período, até o primeiro semestre de 2026, foram iniciadas ações de acompanhamento setorial da execução do Planejamento Estratégico, com reuniões com cada gestor da Diretoria, CAMP, CAOP e demais unidades administrativas, voltadas à verificação do estágio de implementação das ações estratégicas previstas para cada setor.

## Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD)

A Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD), instituída pela Resolução nº 20, de 3 de dezembro de 2020, e **presidida pelo Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria**, é responsável pela gestão documental do MPC-MG, abrangendo classificação, guarda, conservação, arquivamento e definição da temporalidade de documentos produzidos e recebidos no âmbito do MPC-MG. Sua criação ocorreu durante a pandemia de Covid-19, diante da necessidade urgente de reorganização dos fluxos documentais e de redução da massa física acumulada na instituição, medida considerada essencial para viabilizar o trabalho remoto e assegurar continuidade administrativa durante o período de excepcionalidade sanitária.

Entre 2022 e 2024, na primeira gestão de Marcílio Barenco, a Comissão estruturou as diretrizes institucionais de gestão documental, promovendo estudos sobre aplicação da Tabela de Temporalidade, classificação de documentos físicos e digitais, descarte documental, preservação de informações e adequações normativas. Também foram realizadas capacitações junto ao TCE-MG, debates técnicos sobre arquivamento em ambiente eletrônico e articulações voltadas à construção do Arquivo Intermediário e Permanente do MPC-MG.



O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental,  
Procurador Glaydson Massaria.



A atuação da CPAD incluiu ainda participação na elaboração e aprimoramento do Plano de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade e Destinação Documental do Tribunal de Contas, bem como no enquadramento técnico dos documentos produzidos pelas unidades do Ministério Público de Contas e na definição dos respectivos prazos de guarda. Ao longo do período, a Comissão consolidou entendimentos relacionados à classificação por atividade, preservação digital, gestão de documentos eletrônicos e racionalização dos procedimentos arquivísticos do órgão.

A partir de 2024, a Comissão incorporou, de forma mais estruturada, a construção do Memorial do MPC-MG, iniciativa destinada à preservação da memória institucional e da trajetória histórica do órgão. Foram desenvolvidos estudos arquitetônicos e expográficos para implantação do Memorial e do Arquivo institucional, incluindo discussões sobre layout, preservação de acervos, identidade visual e integração do espaço à estrutura do MPC-MG.

Ainda nesse contexto, a Comissão promoveu capacitações relacionadas à gestão documental em ambiente eletrônico, especialmente quanto ao uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), classificação documental e preservação arquivística digital, preparando o órgão para os desafios associados à tramitação e conservação de documentos digitais.

Em 2025, os trabalhos relacionados ao Memorial e à preservação da memória institucional ganharam novo impulso com a incorporação de suporte técnico especializado na área museológica e arquivística. A Comissão passou então a desenvolver levantamentos sobre acervos históricos, identificação de documentos de guarda permanente, coleta de relatos institucionais e estruturação de políticas voltadas à preservação de longo prazo da memória organizacional do MPC-MG.

No mesmo período, a CPAD avançou na discussão de diretrizes relacionadas à digitalização documental, preservação digital e implementação de repositórios confiáveis para arquivamento eletrônico. Também foram debatidas propostas voltadas à definição de procedimentos internos para digitalização de documentos arquivísticos, regras de transição para documentos anteriormente digitalizados e implantação de sistema informatizado de gestão documental. Ao final de 2025, o Pré-Projeto de Implementação do Memorial do MPC-MG foi aprovado pelos integrantes da Comissão e aguarda ser pautado no Colégio de Procuradores.

## Comissão Permanente de Proteção de Dados (CPPD)

A Comissão Permanente de Proteção de Dados (CPPD), **presidida pela Procuradora Maria Cecília Mendes Borges**, foi instituída com a finalidade de acompanhar, no âmbito do Parquet de Contas, os impactos decorrentes da entrada em vigor da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, especialmente em temas relacionados à atividade de controle externo, transparência pública, acesso à informação e tratamento de dados pessoais. Desde sua criação, a Comissão atua na construção de diretrizes internas voltadas à compatibilização entre proteção de dados, publicidade administrativa e interesse público.

Entre 2022 e 2024, a CPPD buscou definir as bases conceituais e operacionais relacionadas à aplicação da LGPD no contexto institucional do MPC-MG. As discussões iniciais envolveram a interpretação conjunta da LGPD e da Lei de Acesso à Informação (LAI), com foco nos limites da privacidade, da publicidade e do direito à informação no âmbito das atividades finalísticas do controle externo. Também foram debatidas propostas relacionadas à produção de conteúdos orientativos, pílulas informativas e eventual elaboração de normativos internos sobre proteção de dados. Daí decorre a coluna no informativo institucional, denominada Lex Data.



A Presidente da Comissão Permanente de Proteção de Dados,  
Procuradora Maria Cecília Borges.

Ao longo do período, a Comissão acompanhou o desenvolvimento do mapeamento de dados e fluxos internos do MPC-MG, realizado em articulação com o Núcleo de Proteção de Dados do TCE-MG. Esse trabalho envolveu identificação de fluxos de tratamento de dados pessoais, elaboração de registros de operações e revisão das atividades desempenhadas pelas unidades do órgão.

A CPPD também passou a acompanhar iniciativas de governança e segurança da informação implementadas, especialmente relacionadas ao Sistema Informatizado do Ministério Público (SIMP), à tramitação de dados sensíveis e à estruturação de políticas institucionais de proteção de dados. Entre os temas debatidos estiveram a necessidade de segmentação de acessos em sistemas internos, mitigação de riscos relacionados ao tratamento de dados e definição de procedimentos de segurança informacional.

Outro eixo relevante de atuação da Comissão foi a capacitação institucional. Em articulação com o Núcleo de Proteção de Dados do TCE-MG, a CPPD incentivou a participação dos servidores do MPC-MG em treinamentos e trilhas de aprendizagem sobre LGPD, proteção de dados pessoais e boas práticas de governança informacional, compreendendo a formação continuada como etapa necessária para uma cultura institucional de proteção de dados.

Em 2025, a Comissão discutiu, de maneira mais estruturada, a implementação prática das medidas decorrentes do mapeamento realizado nos anos anteriores e questões relacionadas ao uso institucional de ferramentas de inteligência artificial, governança tecnológica e circulação segura de informações no ambiente digital.

Já no primeiro semestre de 2026, a CPPD visou à atualização dos registros de operações de tratamento de dados, simplificação dos procedimentos de mapeamento e avaliação de riscos relacionados à segurança da informação e ao funcionamento dos sistemas internos do órgão. Também foram discutidas vulnerabilidades relacionadas ao SIMP e ao SGAP, bem como diretrizes sobre utilização de ferramentas de inteligência artificial pelos servidores, com destaque para a vedação de inserção de dados sensíveis em plataformas de IA.



## Comitê SIMP

O Comitê Permanente de Desenvolvimento do Sistema Informatizado do Ministério Público de Contas (SIMP), **presidido pelo Diretor do MPC-MG, André Teixeira Tebit**, consiste em um colegiado voltado ao acompanhamento técnico do sistema informatizado. Gradualmente, porém, incorporou discussões relacionadas à padronização procedimental, racionalização de fluxos internos e modernização das rotinas institucionais do Ministério Público de Contas, tornando-se, entre 2024 e 2025, um importante espaço de articulação entre tecnologia, organização administrativa e atividade finalística do órgão.

Os trabalhos desenvolvidos ao longo do período demonstraram que a evolução do SIMP exigia revisão de práticas administrativas historicamente construídas de forma descentralizada pelos diferentes gabinetes e unidades do MPC-MG, além da constante adequação das ferramentas digitais às necessidades concretas da atuação ministerial. A implementação de novos módulos e funcionalidades demandou maior uniformidade procedimental, definição de parâmetros comuns de tramitação e compatibilização entre rotinas administrativas e ambiente eletrônico.

Em 2024, o Comitê concentrou esforços no aperfeiçoamento dos módulos do sistema e na consolidação de fluxos de trabalho relacionados aos procedimentos administrativos e ministeriais. As reuniões reuniram representantes dos gabinetes, da Diretoria, da CAMP e da CAOP para discussão de soluções voltadas à melhoria da usabilidade do sistema, organização das informações processuais e adequação das funcionalidades às dinâmicas de trabalho do órgão.

Ao longo de 2025, os debates adquiriram maior densidade institucional, aproximando o desenvolvimento do SIMP das discussões relacionadas à regulamentação procedimental e à governança interna do MPC-MG. Para tanto, o Comitê atuou em interlocução com a Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno, contribuindo para reflexões relacionadas à distribuição de procedimentos, funcionamento do Plenário Virtual, tramitação de notícias de irregularidade e organização dos fluxos decisórios do órgão.

As discussões incorporaram, ainda, preocupações relativas à segurança da informação, proteção de dados e preservação de garantias institucionais no ambiente digital, especialmente diante da ampliação progressiva da tramitação eletrônica dos procedimentos ministeriais.

23

2

# ESTRATÉGIA, INDICADORES E RESULTADOS

24

2

# Planejamento Estratégico MPC-MG 2024-2028

A elaboração do primeiro Planejamento Estratégico (PE) do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais marcou uma mudança na forma de definição das prioridades e diretrizes do Órgão. Até então, as ações administrativas, tecnológicas e finalísticas do MPC-MG desenvolviam-se de maneira fragmentada, muitas vezes impulsionada por demandas operacionais imediatas ou necessidades surgidas no curso da atuação ministerial. A edição de um planejamento estratégico próprio introduziu lógica distinta: estabelecer objetivos estruturantes, coordenar ações de longo prazo e criar mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação das políticas internas desenvolvidas pelo Ministério Público de Contas.



O documento, fruto do trabalho da Comissão de Integridade – instituída pela Portaria PG nº 21, de 5 de julho de 2022 –, estabeleceu os objetivos e ações prioritárias do Ministério Público de Contas para o período de 2024 a 2028. A iniciativa surgiu em um contexto de expansão das estruturas administrativas do Órgão, crescimento da complexidade procedimental do controle externo e intensificação das demandas relacionadas à transformação digital, governança pública, inteligência institucional e proteção de dados.

Os trabalhos conduzidos pela Comissão revelaram compreensão progressivamente amadurecida acerca do papel do planejamento na Administração Pública contemporânea. O Planejamento Estratégico assume função organizadora da atuação



institucional, articulando atividade finalística, estrutura administrativa, desenvolvimento tecnológico, comunicação institucional e gestão do conhecimento em torno de objetivos comuns.

A elaboração do documento envolveu reuniões técnicas, levantamento de demandas setoriais, definição de metas e construção de indicadores, em diálogo contínuo entre gabinetes, Diretoria, CAOP, CAMP e demais estruturas administrativas do MPC-MG. O processo também buscou compatibilizar os objetivos estratégicos do Ministério Público de Contas com o Planejamento Estratégico do TCE-MG. A aproximação entre os dois instrumentos reflete percepção institucional de que parte relevante das transformações pretendidas pelo MPC-MG depende de coordenação administrativa e financeira com a estrutura do Tribunal de Contas.

O próprio desenho desse instrumento de racionalização organizacional foi concebido sob lógica flexível. As discussões desenvolvidas pela Comissão partiram da premissa de que objetivos institucionais tendem a demandar continuidade e estabilidade, enquanto as ações destinadas à sua concretização precisam permanecer abertas a revisões, readequações e redefinições de prioridade. A previsão de mecanismos de monitoramento e acompanhamento periódico permitiu tratar o planejamento menos como documento estático e mais como instrumento contínuo de orientação institucional.

Após sua aprovação pelo Colégio de Procuradores, o Planejamento Estratégico incorporou-se à dinâmica administrativa do Órgão, cabendo à Comissão de Integridade acompanhar a execução das ações previstas, promover reuniões de monitoramento e avaliação de resultados, além de fomentar a coordenação entre os diversos setores responsáveis pela implementação das metas estabelecidas.

# Indicadores estratégicos da gestão 2024-2026

## Controle Social e Participação Cidadã

**2.438**

manifestações recebidas pela **Ouvidoria** em 2025

### Resultado institucional

O crescimento das manifestações recebidas ampliou a capacidade do MPC-MG de identificar irregularidades com base em informações produzidas diretamente pela sociedade.

As denúncias passaram a funcionar como importante mecanismo de inteligência institucional para definição de prioridades relacionadas à fiscalização pública.

**73%**

das manifestações recebidas em fevereiro de 2026  
correspondiam a denúncias

### Resultado institucional

O dado revela fortalecimento progressivo da Ouvidoria como canal efetivo de controle social e participação cidadã.

**2023**

**351**

351 manifestações

**2024**

**1.189**

1.189 manifestações

**2025**

**2.438**

2.438 manifestações

## Efetividade Processual e Inteligência Institucional

**450**

ações de execução acompanhadas pela **CAMP**

---

### Resultado institucional

O acompanhamento sistemático das decisões do Tribunal ampliou a capacidade institucional de transformar deliberações do controle externo em medidas efetivamente executadas pelos jurisdicionados.

**300**

procedimentos investigatórios distribuídos pela **CAOP**

---

### Resultado institucional

A integração dos fluxos internos fortaleceu mecanismos de triagem, racionalização processual e circulação institucional de informações.

## Comunicação Pública e Transparência

**700+**

conteúdos institucionais **publicados**

---

### Resultado institucional

A ampliação da circulação pública de informações fortaleceu transparência institucional e aproximou o controle externo de públicos historicamente pouco alcançados pelas estruturas tradicionais de fiscalização pública.

**5 mil+**

seguidores nas plataformas institucionais

---

### Resultado institucional

O crescimento da presença digital ampliou alcance social das discussões relacionadas ao controle externo e fortaleceu mecanismos de fiscalização cidadã. A publicação dos conteúdos institucionais na plataforma Instagram, por exemplo,



terceira rede social mais usada no Brasil em 2026, conta com mais de 31 mil visualizações mensais. Essa interação revela um engajamento de um público qualificado, formado tanto por instituições e agentes públicos quanto pela sociedade civil interessada em transparência, governança e participação cidadã. [2]

**48**

edições do **MPC Notícias**

---

### **Resultado institucional**

A publicação consolidou mecanismo contínuo de documentação institucional e preservação da memória administrativa do Órgão.

**48**

episódios do **MPC Cast**

---

### **Resultado institucional**

O podcast favorece a circulação pública de debates relacionados ao Direito Público, à Administração Pública e aos desafios contemporâneos do controle externo.

## **Produção de Conhecimento**

---

**B4**

classificação da Revista Controle em Foco  
no Qualis Capes 2021-2024

---

### **Resultado institucional**

A consolidação editorial da revista ampliou inserção acadêmica do MPC-MG e fortaleceu circulação de debates relacionados ao controle externo e às políticas públicas.

---

[2] DOURADO, Bruna. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2025, com insights, ferramentas e materiais. **RD Station Blog**. Publicado em 11 fev. 2025. Acesso em: 12 maio 2026.

### 31

ações do projeto Conhecendo o MPC entre  
2025 e 2026

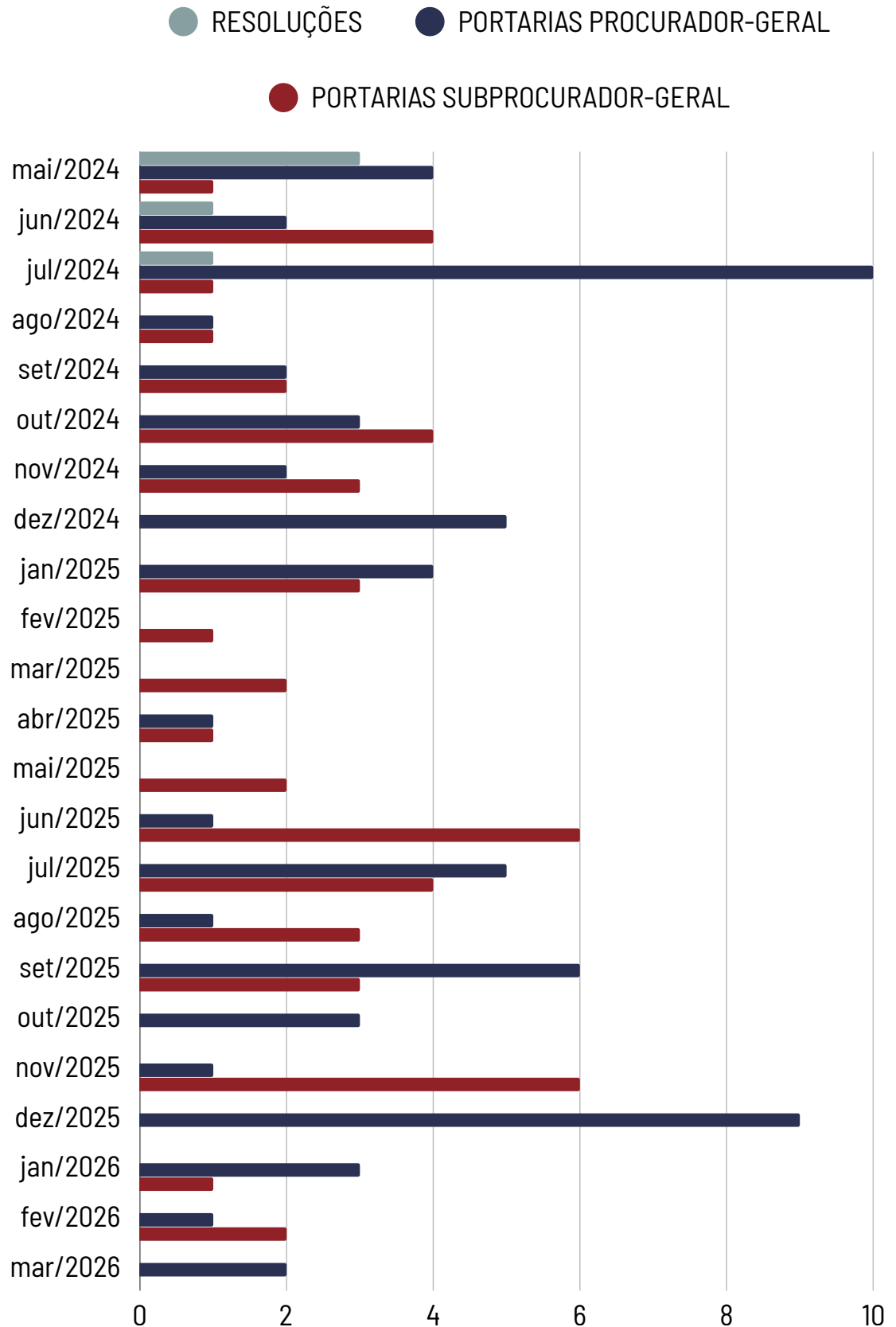
#### Resultado institucional

A ação educativa favorece a aproximação de estudantes, universidades e instituições de ensino do funcionamento do controle externo. Além disso, a expansão territorial do projeto por meio da participação estratégica nos Encontros Técnicos promovidos pelo TCE-MG vem ampliando presença institucional do MPC-MG em diferentes regiões de Minas Gerais.



# Atos normativos MPC-MG

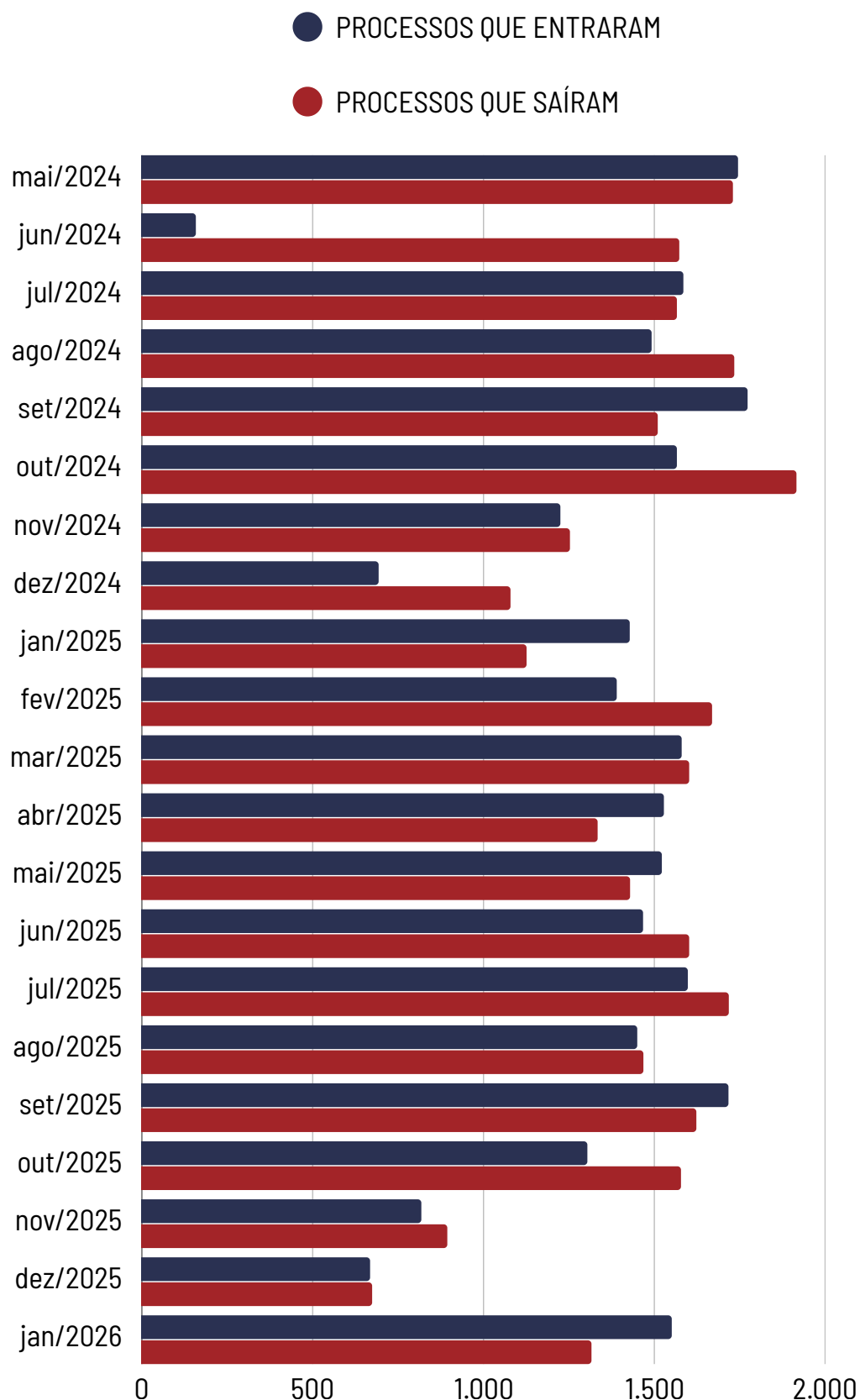
## Gestão Marcílio Barenco 2024-2026





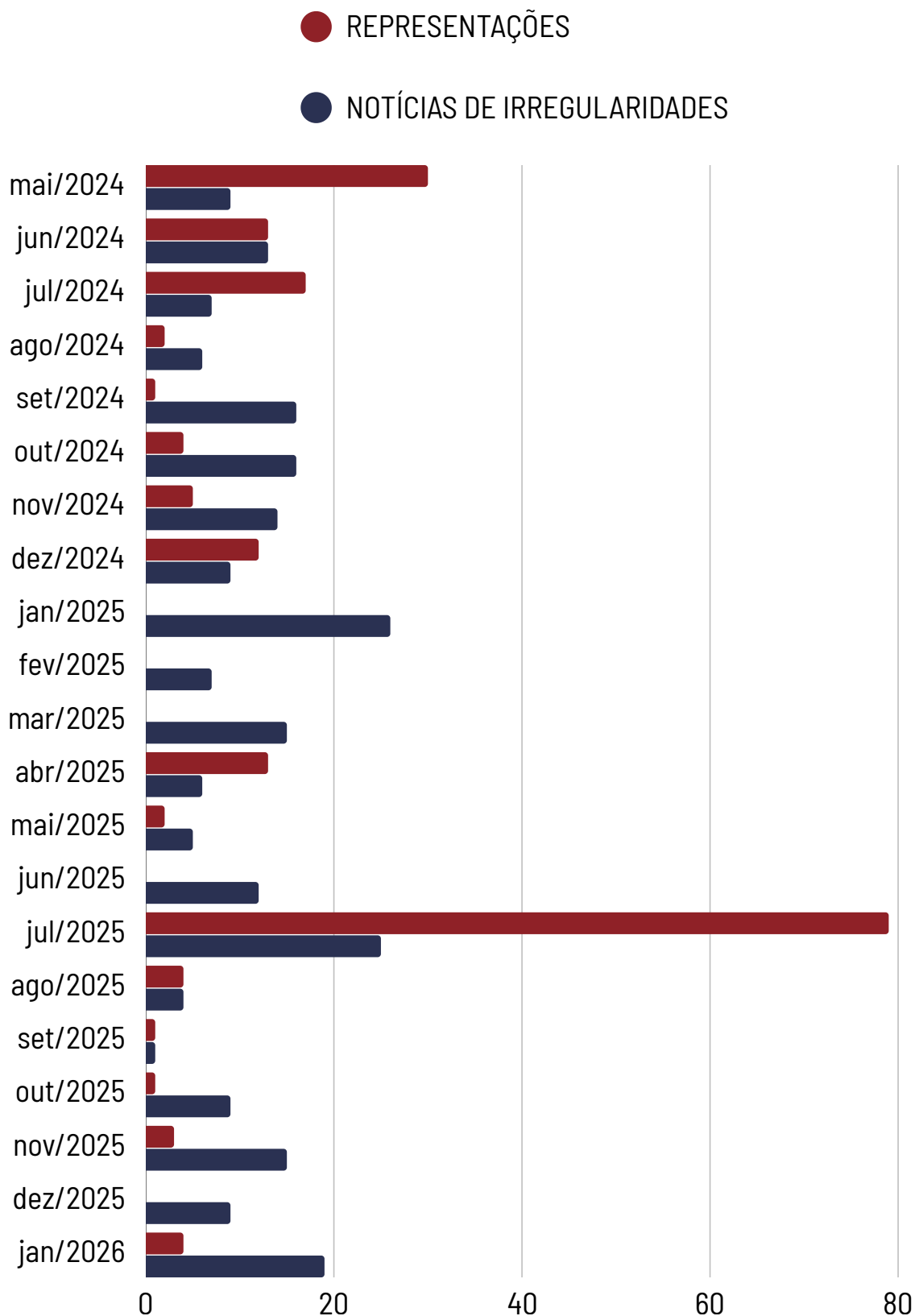
# Tramitação entre o MPC-MG e o TCE-MG

Processos que entraram e saíram | maio de 2024  
a janeiro de 2026



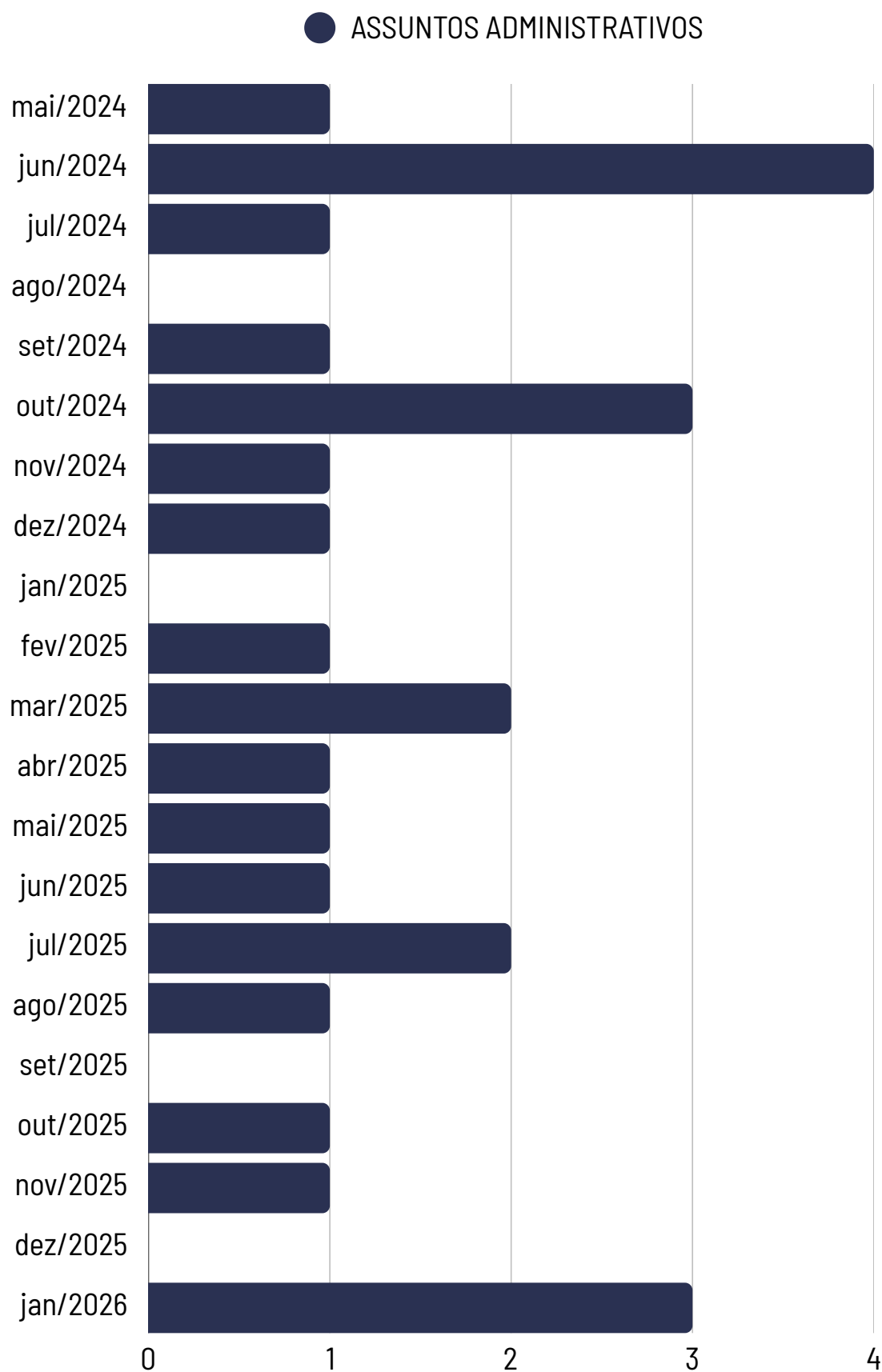
# Tramitação entre o MPC-MG e o TCE-MG

Representações e Notícias de Irregularidades | maio de 2024 a janeiro de 2026



# Tramitação entre o MPC-MG e o TCE-MG

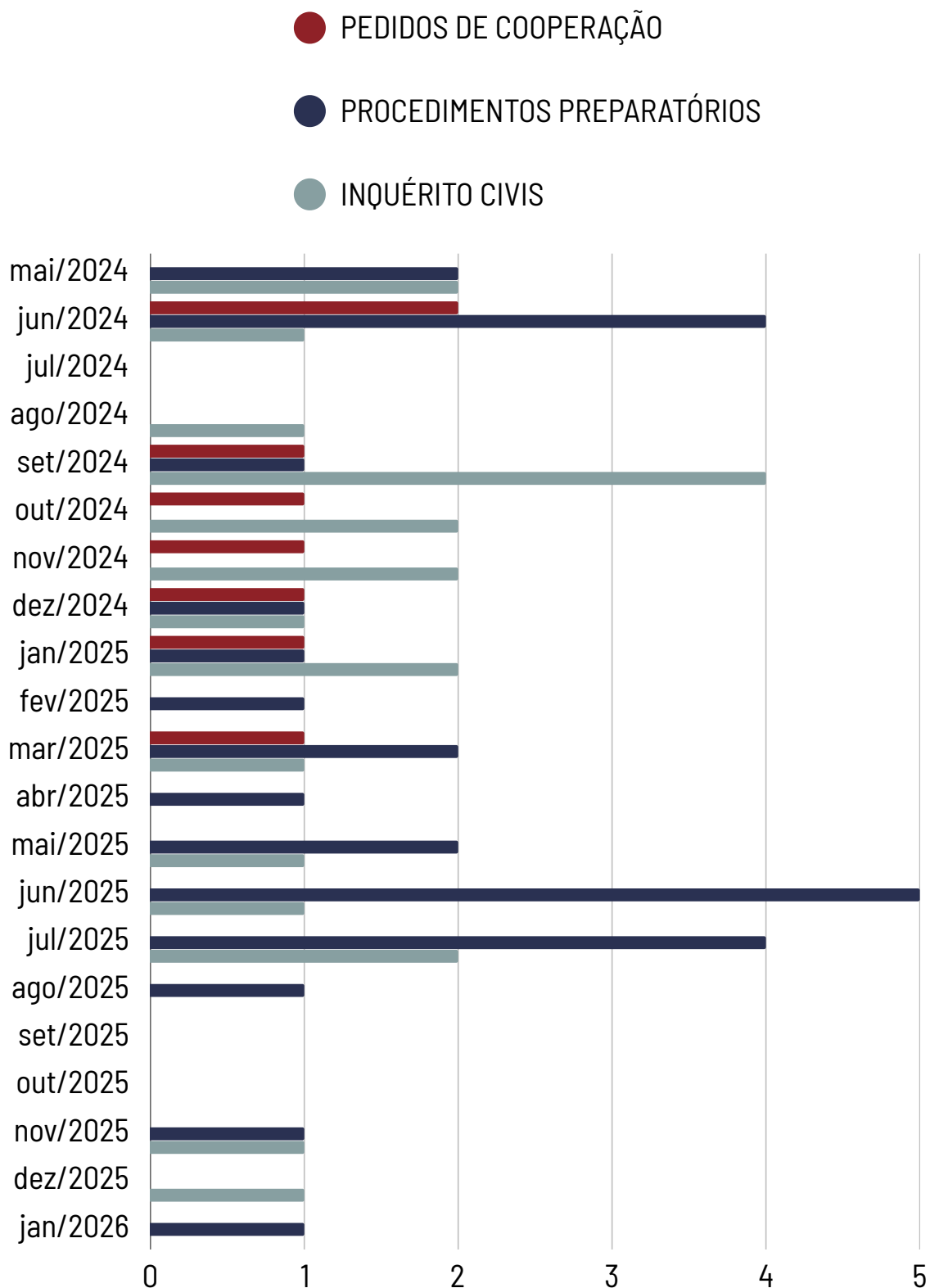
Assuntos Administrativos | maio de 2024 a janeiro de 2026





# Tramitação entre o MPC-MG e o TCE-MG

Pedidos de Cooperação, Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Cíveis | maio de 2024 a janeiro de 2026



The background is a dark blue-grey grid. In the top-left and bottom-right corners, there are solid dark blue rectangles. Scattered across the grid are various geometric elements: red dots, a blue square, and red lines forming a parallelogram in the bottom-left. Some points are connected by thin lines, creating a technical or architectural drawing feel.

# **ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E DIÁLOGO**

# Capacitações e Eventos

## V Programa de Capacitação | MPC-MG promove 1º Ciclo de Palestras Temáticas

Em **maio de 2024**, o MPC-MG realizou o 1º Ciclo de Palestras Temáticas como parte do V Programa de Capacitação, com a temática “Pisos Salariais do Magistério e da Enfermagem”. O objetivo foi discutir a importância e os desafios de implementação, nos Estados e Municípios, das alterações legislativas relativas aos gastos de pessoal com educação e saúde, notadamente, quanto à fixação de pisos salariais, bem como o papel do controle externo nesse contexto.

Na ocasião, além da abertura realizada pelo Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, o evento contou com duas palestras: a primeira foi ministrada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo e a segunda, pelo Procurador do Ministério Público de Contas dos Municípios de Goiás José Gustavo Athayde.



Da esquerda para a direita: Adonias Monteiro, Cristina Andrade Melo, Daniel Guimarães, Marcílio Barenco, Sara Meinberg, Elke Moura e José Gustavo Athayde. 16 mai. 2024. Foto: MPC-MG.



Os participantes do evento. 16 mai. 2024. Foto: MPC-MG.



## Curso em OJS integra ações de profissionalização da Revista do MPC-MG

Em **setembro de 2024**, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou do minicurso “Gestão de Periódicos, Boas Práticas Editoriais e Uso da Plataforma OJS 3”, com o objetivo de capacitar os participantes no uso da plataforma *Open Journal System* (OJS), além de aperfeiçoar as práticas editoriais e a gestão de revistas científicas.

Ministrado pela professora Millena Souza Farias, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o curso teve duração de dois dias, com treinamento intensivo no qual foram abordadas as funcionalidades da versão 3 da plataforma OJS, com destaque para as exigências estabelecidas pela Capes e pelo CNPq.



Os participantes do minicurso. 2 set. 2024.  
Foto: TCE-MG.

Já entre 24 e 26 de novembro de 2025, integrantes do MPC-MG participaram do curso “Fundamentos da Editoração Científica”, promovido pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo e ministrado pelo Professor da Universidade Estadual de Londrina e Editor-Chefe da revista de história *Antíteses*, Lukas Gabriel Grzybowski. Na capacitação, foram apresentadas em profundidade rotinas editoriais e boas práticas de edição de periódico científico.



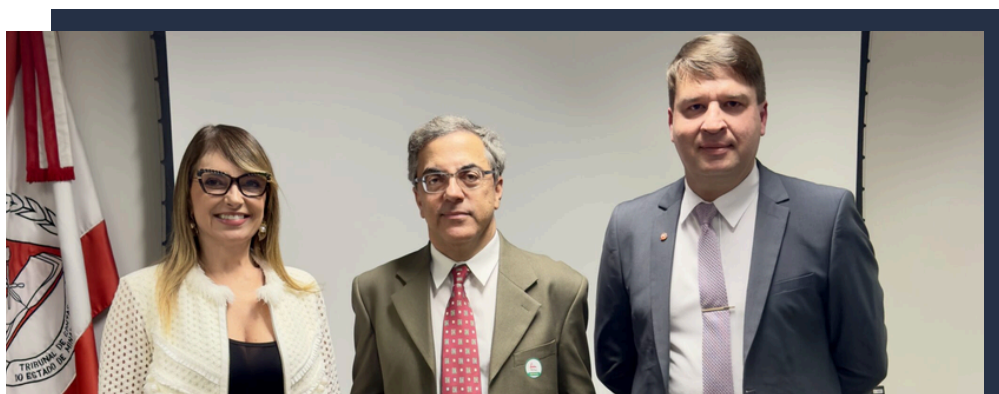
Juan Karlos Freitas, Lílían de Oliveira, Ana Carolina de Souza e Silva, Lukas Gabriel Grzybowski, Cristina Andrade Melo e Izabella Cunha Velloso. Acervo pessoal.

## MPC-MG realiza seminário sobre a Lei Geral de Concursos Públicos

Em **novembro de 2024**, o MPC-MG promoveu seminário dedicado à Lei Geral de Concursos Públicos (Lei nº 14.965/2024), com o objetivo de discutir seus principais avanços, desafios de implementação e impactos na Administração Pública. O evento, coordenado pela Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, correspondeu ao 2º Ciclo de Palestras de 2024 no âmbito do V Programa de Capacitação do MPC-MG.

A primeira palestra foi conduzida pelo Professor Florivaldo Dutra de Araújo, da Universidade Federal de Minas Gerais. Na palestra sobre a nova legislação de concursos públicos, o Professor abordou as mudanças nos processos seletivos e o papel da comissão organizadora.

Já a segunda palestra, conduzida por Maria Fernanda Pires, focou na aplicação de discriminações positivas em concursos públicos, especialmente com a recente Lei federal 14.965/2024, que introduz novas diretrizes para as políticas de cotas.



1ª foto: A Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, o Professor Florivaldo Dutra e o Procurador-Geral, Marcílio Barenco.

2ª foto: Sara Meinberg, Marcílio Barenco, Maria Fernanda Pires, Daniel Guimarães, Cristina Andrade Melo e Maria Cecília Borges. 4 nov. 2024. Fotos: MPC-MG.



## MPC-MG debate desafios e limites do uso da IA em programa de capacitação

Em **junho de 2025**, no âmbito do V Programa de Capacitação, o MPC-MG promoveu debate sobre os desafios e limites do uso da inteligência artificial na Administração Pública e no controle externo. A atividade abordou aspectos éticos, jurídicos e operacionais relacionados à adoção de novas tecnologias, evidenciando a preocupação institucional com o uso responsável da inovação.

Na oportunidade, a primeira palestra, ministrada pelo Diretor de Tecnologia da Informação do TCE-SP, Fábio Correa Xavier, abordou “Uso da Inteligência Artificial na Análise de Dados e Documentos: Limitações Éticas e Segurança”. Já a segunda palestra ficou a cargo do Secretário de TI e Evolução Digital do Tribunal de Contas da União (TCU), Rainério Leite, cujo tema foi “Uso da Inteligência Artificial na Gestão de Informações Estratégicas: possibilidades”.

No encerramento do Seminário, a Procuradora-Ouvidora do MPC-MG e Coordenadora do projeto, Elke Moura, reforçou a relevância do debate sobre inteligência artificial e seus impactos na atuação dos órgãos de controle.

O evento, com carga horária de 2h30, contou com certificado aos participantes presenciais e houve transmissão simultânea pelo canal de Youtube do MPC-MG.



Maria Cecília Borges, Rainério Rodrigues Leite, Elke Moura e Cristina Andrade Melo. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



## Subprocurador-Geral do MPC-MG participa de capacitação sobre consórcios públicos no TCE-MG

Em **novembro de 2025**, o Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, participou de capacitação promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais sobre consórcios públicos, com foco nos aspectos jurídicos e na governança dessas estruturas. A atividade foi realizada a pedido de Guimarães e da Procuradora Cristina Andrade Melo. Eles também indicaram a facilitadora, Joanni Aparecida Henrichs.

Na oportunidade, a palestrante apresentou os principais aspectos jurídicos e administrativos que regem os consórcios públicos, previstos na Lei nº 11.107/2005 e no Decreto nº 6.017/2007. O conteúdo também contemplou modelos de contratação, formas de prestação de serviços compartilhados e situações que podem configurar irregularidades, especialmente nas fases de acompanhamento e execução de políticas públicas consorciadas.



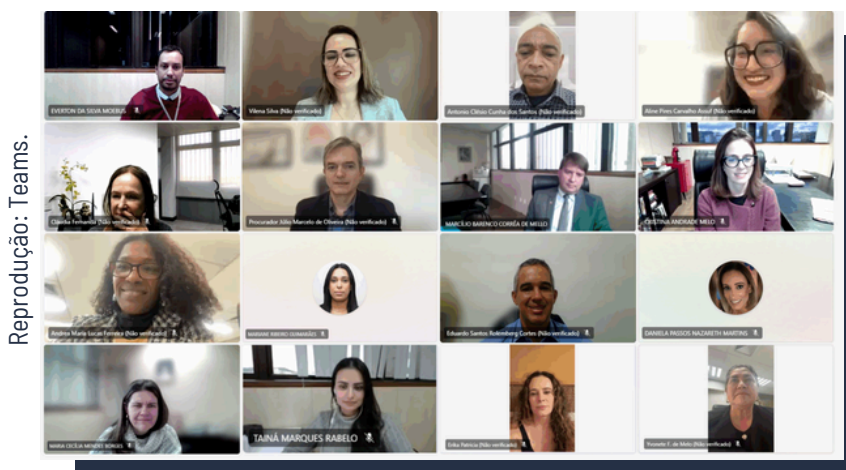
1ª foto: Joanni Aparecida Henrichs (ao centro) ladeada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, e servidores do MPC-MG.

2ª foto: Daniel Guimarães (segundo à dir.) e servidores de seu gabinete. Fotos: Acervo pessoal.

## Procuradores do MPC-MG participam de capacitação sobre governança climática promovida pela Ampcon

Em **junho de 2025**, membros do MPC-MG participaram de capacitação promovida pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon) sobre governança climática. Do MPC-MG estiveram presentes o Procurador-Geral e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco; a Procuradora e 1ª Tesoureira da Ampcon, Cristina Andrade Melo; e a Procuradora Maria Cecília Borges, representante do MPC mineiro na Coordenadoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente da entidade.

Com o tema “Governança Climática e o Papel dos MPCs”, o encontro virtual reuniu Procuradores e servidores de diferentes unidades da federação. A palestra foi ministrada pela Professora e Doutora Vilena Silva, cofundadora da empresa de consultoria Compensei, com apoio do Sebrae/DF.



Da Diretoria da Ampcon ainda participaram da capacitação o 2º Diretor Executivo da Ampcon e Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger; e a Diretora Adjunta e Corregedora-Geral do MPC-RO, Érika Patrícia Saldanha de Oliveira.

Da Coordenadoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Ampcon, marcaram presença: a Procuradora do MPC-RJ Aline Assuf; o Procurador-Geral do MPC-RO, Miguidônio Inácio Loiola Neto; a Procuradora do MPC-DF Cláudia Fernanda; o Procurador-Geral do MPC-SE, Eduardo Santos Rolemberg Côrtes; e o Procurador do MPC-AM Ruy Marcelo.

Também estiveram presentes o Procurador-Geral do MPC-AP, Antônio Clésio dos Santos; o Procurador do MPTCU Júlio Marcelo de Oliveira; do MPC-RO, os Procuradores Ernesto Tavares Victoria, Yvonete Fontinelle de Melo e Adilson Medeiros, além de membros e servidores de outros Estados da Federação.

## XVI Congresso Nacional do Ministério Público de Contas


Em setembro de 2025, o MPC-MG foi um dos correalizadores do XVI Congresso Nacional do Ministério Público de Contas, que reuniu membros e especialistas de todo o país para debater temas como inovação, consensualismo e uso de tecnologias no controle externo.

Realizado pela Ampcon, o Congresso contou com a participação de autoridades de destaque do cenário jurídico e institucional brasileiro, entre elas, o então Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino e a ex-Ministra Substituta do Tribunal Superior Eleitoral Edilene Lôbo. A programação foi composta por painéis, oficinas e reuniões temáticas voltadas ao fortalecimento do controle externo, à modernização institucional e ao intercâmbio de experiências entre membros e especialistas de diferentes regiões do país.



Fotos: Ampcon.





# **ESCUTA, TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO PÚBLICA**



# Ouvidoria

## Participação cidadã e inteligência institucional

A Ouvidoria firma-se, ao longo do período, como um dos principais mecanismos de aproximação entre o Ministério Público de Contas e a sociedade.

O crescimento das manifestações recebidas representou expansão quantitativa da atividade administrativa da unidade e alterou, de maneira gradual, a própria capacidade institucional do órgão de identificar irregularidades com fundamento em informações produzidas pelos cidadãos.

### Análise da distribuição das demandas por tipologia

Entre 2023 e 2025, a Ouvidoria registrou crescimento contínuo do número de manifestações encaminhadas ao MPC-MG.

Em 2023, foram recebidas **351** manifestações.

Em 2024, o número alcançou **1.189** registros.

Já em 2025, a Ouvidoria contabilizou **2.438** manifestações.

O aumento progressivo das denúncias permitiu ampliar capacidade institucional de identificação de irregularidades relacionadas a:

- execução de políticas públicas;
- aplicação de recursos públicos; e
- atuação dos jurisdicionados submetidos ao controle externo.

Em fevereiro de 2026, aproximadamente **73%** das manifestações recebidas **correspondiam a denúncias**. O dado revela mudança importante no perfil de utilização da Ouvidoria. A unidade deixou de funcionar como canal de atendimento institucional e passou a operar também como mecanismo permanente de inteligência institucional para definição de prioridades relacionadas à fiscalização pública.

O fortalecimento da Ouvidoria acompanhou expansão mais ampla das estratégias de transparência e comunicação institucional desenvolvidas pelo MPC-MG ao longo do período.

# Comunicação Pública

## Transparência institucional e circulação social da informação

As estratégias de comunicação institucional desenvolvidas entre 2024 e 2026 buscaram ampliar circulação pública das discussões relacionadas ao controle externo e reduzir distâncias históricas entre os órgãos de fiscalização estatal e a sociedade.

A reformulação das linguagens institucionais, a ampliação da presença digital e a diversificação dos formatos de comunicação integraram esse movimento. Ao longo do período, o Ministério Público de Contas fortaleceu:

- sua identidade visual;
- o MPC Notícias;
- o MPC Cast;
- as redes sociais institucionais; e
- os mecanismos digitais de divulgação pública de suas atividades.

A experiência institucional recente demonstra que estruturas públicas excessivamente herméticas tendem a produzir:

- baixa inteligibilidade social;
- distanciamento institucional; e
- fragilidade democrática.

A identidade visual de uma instituição reflete isso, motivo pelo qual se fez necessário conferir maior singularidade à comunicação institucional do *Parquet* de Contas. O modelo gráfico utilizado pelo Órgão era semelhante ao adotado por diversos MPCs: um brasão padronizado com variações restritas à identificação do Estado.

Como se verá adiante, a criação de outro logotipo e a reorganização dos elementos visuais favoreceram maior unidade estética entre publicações, redes sociais, materiais audiovisuais e canais de divulgação pública, fortalecendo a identificação do MPC-MG em ambientes físicos e digitais.

Para além disso, a atualização da identidade visual integrou um movimento mais amplo de fortalecimento da comunicação pública e da circulação social das informações relacionadas ao controle externo. Entre 2024 e 2026:

- mais de **700 conteúdos institucionais** foram publicados;
- o MPC Notícias consolidou circulação periódica contínua; e
- o MPC Cast ampliou espaço de discussão pública sobre temas relacionados à Administração Pública e ao controle externo.

A adesão a redes sociais e plataformas digitais institucionais também ampliou capacidade do Ministério Público de Contas de alcançar públicos historicamente pouco familiarizados com o funcionamento das estruturas de fiscalização estatal.



# Nova identidade visual

Em **12 de setembro de 2024**, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais lançou sua nova identidade visual, com novo logotipo, tornando-se um marco da comunicação institucional do Órgão. A reformulação do logotipo, aprovada em agosto pelo Colégio de Procuradores, tem como objetivo modernizar a imagem do *Parquet* de Contas mineiro e fortalecer sua presença comunicacional nos diferentes ambientes de circulação da informação, garantindo maior reconhecimento da marca e aproximar o Órgão Ministerial da sociedade civil.



O novo conjunto gráfico traz um design mais arrojado, seguindo tendências contemporâneas e mantendo elementos que remetem à tradição do MPC-MG. O logotipo adota uma tipografia mais limpa e cores que ressaltam a clareza e a confiança que a instituição deseja transmitir.

De relatoria do Procurador-Geral, Marcílio Barenco, a proposta de nova identidade visual do MPC-MG foi deliberada e aprovada por maioria na 2ª Sessão Plenária Virtual do Colégio de Procuradores, realizada entre os dias 5 e 9 de agosto de 2024.

## O Processo

Partindo de uma pesquisa conceitual distribuída entre os gabinetes, foi feito um levantamento de opiniões e percepções a respeito do MPC-MG, em que foi apontado, especialmente, o desejo de maior proximidade do *Parquet* Especial com a sociedade. Segundo o designer responsável pela reformulação,

“

a pesquisa levou em conta identidades visuais de outros órgãos mineiros e de outros MPCs do Brasil. O desenho da logo teve inspiração na bandeira do Estado de Minas Gerais e nas obras do artista mineiro Amilcar de Castro. O ícone é oriundo da ideia de uma superfície plana que se ergue em um processo de edificação, ao mesmo tempo projetando uma sombra que cobre e protege: almeja o futuro, tem sua história como base e ainda promove segurança.



# MPC Notícias

## Informação pública, transparência e memória da gestão

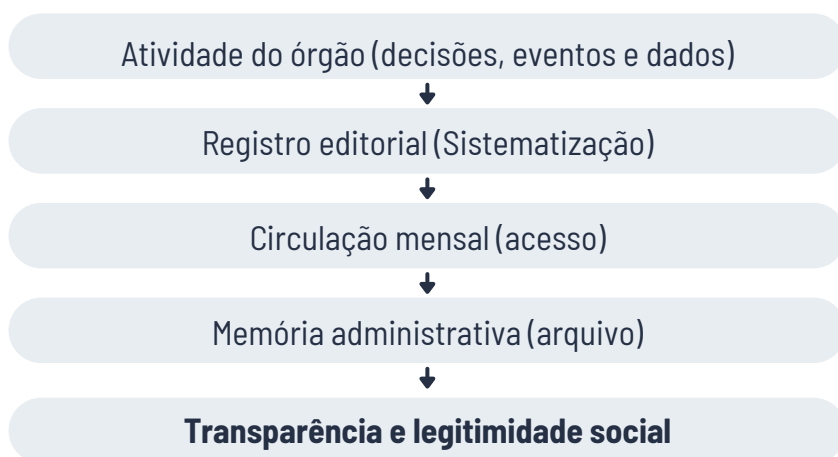
O fluxo de informações de um órgão público cumpre seu papel democrático quando se constitui em canal acessível de diálogo com a sociedade. Criado em 2022, no primeiro mandato do Procurador-Geral Marcílio Barenco, o **MPC Notícias** fixou uma rotina de registro e divulgação das atividades da instituição, funcionando como um diário de bordo das ações ministeriais, decisões técnicas e transformações administrativas do órgão. Com periodicidade ininterrupta mensal, de lá para cá somam-se **48 edições** lançadas.

## A função social da comunicação no controle externo

No cenário contemporâneo, a circulação de dados de interesse coletivo está diretamente ligada à própria missão das instituições públicas.[3] Em órgãos que atuam na fiscalização de recursos, essa dinâmica exige clareza, linguagem compreensível e abertura para o acompanhamento dos cidadãos.[4]

A publicação ininterrupta do informativo gerou um arquivo vivo da história recente do MPC-MG. Em uma sociedade conectada em rede, manter o acesso livre e organizado a essa memória é um requisito essencial para a própria legitimidade da instituição.[5]

### Fluxo da Informação Pública



[3] DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

[4] GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital: história, problemas e temas**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

[5] CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

# MPC NOTÍCIAS

INTEGRIDADE

TRANSPARÊNCIA

EFETIVIDADE

**MPC-MG**

Movimento Político do Cidadão  
do Estado de Minas Gerais

JUNHO 2025

• EDIÇÃO 37

- 6. 37º Congresso Nacional do Movimento Político do Cidadão
- 7. MPC-MG debate sobre eleições e limites do uso de IA no Programa de Capacitação
- 8. MPC-MG participa do panela sobre políticas públicas e papel político no setor público de Assistência Social em São Paulo
- 9. MPC-MG realiza debate de Pleno "Combustível ao MPC"
- 10. MPC-MG C/Integridade
- 11. Reunião do COTPC: MPC-MG participa do debate internacional sobre transparência e integridade pública
- 12. Movimento Político do Cidadão reformula papel institucional durante Encontro Técnico em Salinas
- 13. Processadores do MPC-MG visitam Capitania Federal de Minas Gerais
- 14. MPC-MG participa de visita técnica sobre sustentabilidade do ALNRE
- 15. Processo eleitoral do MPC-MG participa do Saneamento da UFPA
- 16. Processadores do MPC-MG e delegados em evento conjunto do Poder Judiciário e Políticas Públicas
- 17. MPC-MG se Alinha às Sustentabilidade e Governança Digital no TCE-RO
- 18. Debate institucional marca encontro entre representantes do MPC-MG e TCE-RO
- 19. 27ª Assembleia do MPC-MG, TCE-RO e ALE do Espírito Santo em diálogo e encontro interativo de trabalho
- 20. MPC-MG marca presença no 1º Fórum TCE-RO, cujo foco era sustentabilidade pública
- 21. Assembleia do MPC-MG participantes do ciclo de debates sobre governança digital promovida pela Impop
- 22. MPC-MG impulsiona adesão à redeção Correlato em Povo em sua sede física, com infraestrutura tecnológica e maior impacto institucional
- 23. Cultura e controle interno: MPC-MG e Anepam apresentam seminário que marca novo rumo para o Conselho de Controle em Belo
- 24. MPC-MG participa de reunião de trabalho da Assembleia do TCE-RO
- 25. MPC-MG marca presença com estande na edição 2025 do 1º Fórum TCE-RO, Instituto Integridade, e 100 Anos Integridade
- 26. Membros do MPC-MG participam de evento sobre sustentabilidade promovido pela Impop
- 27. MPC-MG no 1º Encontro
- 28. 1ª Lei Nova
- 29. 1ª Ação Legislativa
- 30. 1ª Ação Legislativa

## MPC-MG participa de 4º Congresso Nacional de Controle da Administração Pública

por Simone Pereira

Daniel Guimarães, Cybilly Farias, Marcelo Barreiros, Sábina Locken e Rafael Alcântara. Foto: Ivonei pessoal.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais participou ativamente do 4º Congresso Nacional de Controle da Administração Pública (CNCPC), que ocorreu de 4 a 6 de junho em Curitiba. O evento reuniu especialistas e autoridades de todo o país para discutir os desafios e as transformações no controle da gestão pública.

Nessa ocasião, o MPC-MG foi representado pelo Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de São Paulo, Marcelo Barreiros, e pelo Subprocurador-Geral e 1º Diretor Executivo da Associação, Daniel Guimarães. Também prestigiaram o evento o Conselheiro em exercício do Tribunal do Estado de São Paulo, o Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais Telmo Passarelli e a Conselheira Substituta do TCE-SP Sábina Locken. Dos Pargaps de Curitiba, marcaram presença o Procurador-Geral do MPC-MG e 2º Diretor Executivo

AL: RAFA GABRIEL, 371 ANDRÉ • LUIZ EDUARDO • BELO HORIZONTE • CEP 380-433  
(31) 3208-2867 [www.mpc-mg.org.br](http://www.mpc-mg.org.br)

# MPC NOTÍCIAS

INTEGRIDADE    TRANSPARÊNCIA    EFETIVIDADE



**MPC-MG**  
Ministério Público do Estado de Minas Gerais

---

JULHO 2025 · EDIÇÃO 38

- p. 2 **RFC faz 2º aniversário**
- p. 3 **Vigilância Nacional do Ministério Público de Contas**
- p. 4 **Procurador-Geral do MPC-MG participa de palestra promovida pelo Instituto Brasileiro de Direito da TCU**
- p. 5 **MPC-MG ministra palestra sobre atuação institucional no Sistema Tomada da TCU-MG em Pernambuco**
- p. 6 **"Gratificação e RFC": estudantes de Direito da UFAC mergulham no universo do controle externo**
- p. 7 **MPC-MG prestigia lançamento da plataforma "Transparência da Educação", do MPFG**
- p. 8 **MPC-MG no Seminário "Cultura, Controle e Transparência" promovido pela TCU-MG**
- p. 9 **Com apoio do MPF-MG, Tribunal de Contas aplica rito de regulação por processo tripartite em suas comarcas**
- p. 10 **Proposição contábil de prazo e trabalho do MPC-MG durante Quinze Anos 2005, em Belo Horizonte**
- p. 11 **De Caracas a Belo Horizonte: RPC-MG vive intercâmbio recíproco**
- p. 12 **MPC-MG e MPF adotam recomendações conjuntas para despoluição da Lagoa de Paratyba, em São Ildefonso**
- p. 13 **MPC-MG participa de Fórum Internacional de Segurança Digital na Colômbia**
- p. 14 **Pareceres do MPC-MG e TCU-MG via Circular Formosa para a Federação Nacional das AMPC's**
- p. 15 **MPC-MG apoia II Encontro Nacional da Primeira Infância, que ocorrerá na capital mineira em agosto**
- p. 16 **O CONQAP promove um seminário debate institucional sobre os direitos dos presos sem deficiência**

## MPC-MG inaugura Galeria de Procuradores-Gerais e reforça compromisso com a preservação da memória institucional

por Lilian de Oliveira


  
**GALERIA DE PROCURADORES-GERAIS**








A Galeria de Procuradores-Gerais.

**O** Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais inaugurou, no dia 10 de julho, a **Galeria de Procuradores-Gerais**, instalada no corredor principal do prédio ministerial.

Ao mesmo passo por esse espaço – membros, assessores, advogados, servidores, colaboradores voluntários –, poderá conhecer a história do MPC-MG por meio de textos, datas e gráficos que marcarão a construção da instituição.

A iniciativa, idealizada pelo atual Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Amproc), Marcelo Barreto, visa salvaguardar a memória institucional e valorizar a contribuição de cada liderança na trajetória do órgão ministerial para sua criação.

[illegible][illegible]

Mapa de conteúdo: o que foi documentado		
Atuação institucional	Produção administrativa	Circulação e relações externas
Sessões e pareceres	Movimentação interna	Encontros Técnicos TCE-MG
Projetos do órgão	Dados estatísticos	Fóruns e eventos
Ações de controle	Registros finalísticos	Cursos e capacitações
		Parcerias institucionais

### Arquitetura editorial

Além das atividades do órgão, o informativo possui as seguintes seções temáticas:

Coluna	Escopo de cobertura
<b>Iurisprudencia</b>	Compilação de decisões relevantes dos Tribunais de Contas, com análise e contextualização.
<b>Lex Data</b>	Atualizações, debates e análises sobre LGPD aplicável ao controle externo.
<b>MPC-MG em Números</b>	Transparência em dados: volume de pareceres, manifestações e participações em sessões.

### Resultados práticos da publicação

- Acessibilidade à informação**

A regularidade das edições ampliou a visibilidade das ações do MPC-MG, traduzindo termos jurídicos para aproximar o cidadão da rotina do órgão.

- Organização dos registros**

O periódico serve como um inventário cronológico, facilitando a consulta de dados e decisões tomadas ao longo da gestão.

- Preservação histórica**

O acervo construído forma um arquivo progressivo que protege e resguarda a memória institucional da transição administrativa.

# Redes sociais

## Aproximação institucional e transparência digital

No contexto da comunicação pública contemporânea, as redes sociais tornaram-se também importantes ferramentas de transparência, acesso à informação e fortalecimento da relação entre instituições públicas e sociedade, uma vez que operam como ambientes de circulação de informações, construção de confiança pública e estímulo ao controle social, em consonância com a dinâmica da chamada sociedade em rede.

No âmbito do MPC-MG, a atuação digital foi significativamente ampliada ao longo da gestão 2024-2026, refletindo o fortalecimento das estratégias de comunicação institucional desenvolvidas no período.

### Expansão da produção de conteúdo institucional

Entre 2024 e 2026, foram contabilizadas **mais de 700 publicações no site** institucional do MPC-MG. Os conteúdos produzidos também abasteceram, de forma integrada, as redes sociais oficiais e o informativo MPC Notícias, evidenciando uma política de comunicação contínua, articulada e orientada pela ampliação do acesso à informação pública.

No **Instagram** — perfil criado na primeira gestão do Procurador-Geral Marcílio Barenco —, o crescimento foi expressivo. Em menos de quatro anos, a conta ultrapassou **5.200 seguidores**.

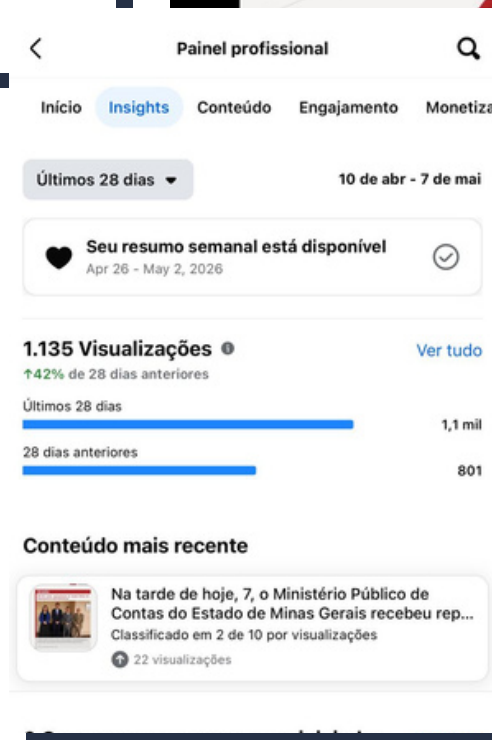
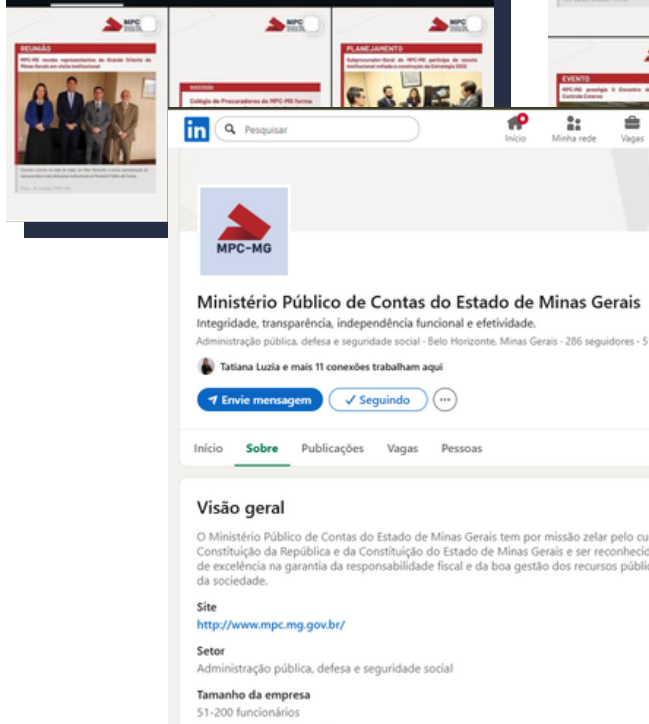
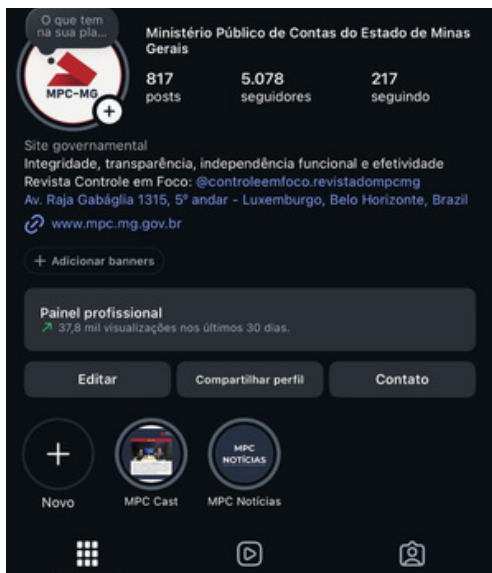
No período analisado, o perfil registrou média mensal de aproximadamente **28,6 mil visualizações** e cerca de **1,2 mil interações**, indicadores que demonstram o engajamento do público com os conteúdos institucionais produzidos.

### Estratégia digital e fortalecimento da transparência ativa

A estratégia de comunicação adotada priorizou:

- linguagem acessível;
- identidade visual padronizada; e
- diversificação de formatos e conteúdos digitais.





# MPC Cast

## Comunicação pública, circulação digital e aproximação institucional

A transformação dos meios digitais alterou profundamente a forma como instituições públicas produzem informação, estabelecem interlocução social e difundem conhecimento técnico. A lógica comunicacional baseada exclusivamente em documentos formais, atos oficiais e publicações especializadas passou a coexistir com formatos digitais marcados por

instantaneidade

multimedialidade

circulação permanente de conteúdo

Tendo isso em vista, concomitantemente à presença nas redes sociais, o MPC Cast foi criado na primeira gestão do Procurador-Geral Marcílio Barenco.

### Objetivo

O projeto, que visa ampliar a comunicação pública desenvolvida pelo Ministério Público de Contas, surgiu da percepção de que temas relacionados ao controle externo, à fiscalização da Administração Pública e às políticas públicas frequentemente permanecem restritos a ambientes especializados, marcados por linguagem técnica e circulação limitada.

Ao longo da gestão, o MPC Cast transformou-se em espaço permanente de circulação de debates relacionados a:

controle externo

Direito Público

políticas públicas

transparência administrativa

sustentabilidade

inteligência artificial

transformações recentes da Administração Pública brasileira

SPOTIFY



MPC Cast

YOUTUBE

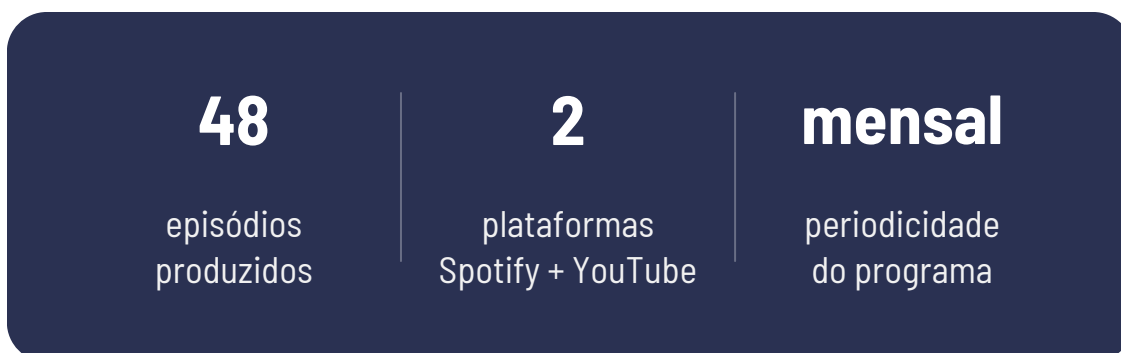


MPC-MG

Os episódios reuniram membros do MPC, pesquisadores, professores, especialistas e representantes de instituições públicas para discussões voltadas à difusão de conhecimento técnico fora dos espaços tradicionalmente associados à fiscalização estatal.

Na segunda gestão, o projeto passou por reformulação estrutural e foi transformado em **videocast**, ampliando formatos de circulação e permitindo presença simultânea em plataformas de áudio (Spotify) e vídeo (YouTube).

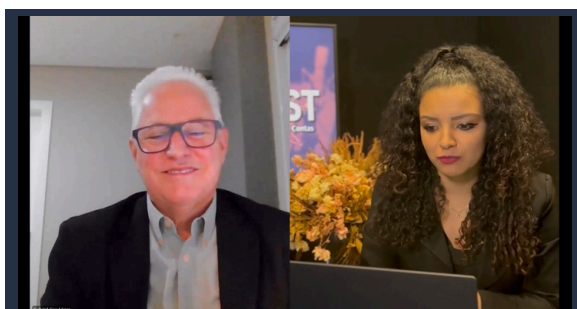
### Dados do projeto



### Convidados e temas







**Convidado:** Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger.

**Tema:** Vedações no período eleitoral



**Convidada:** Assessora da Procuradoria-Geral e Professora da UFMG, Maria Tereza Dias

**Tema:** O fim do regime jurídico único



**Convidada:** Cristina Andrade Melo, Procuradora do MPC-MG

**Tema:** Educação e controle externo



**Convidada:** Marília Gonçalves de Carvalho, Coordenadora Nacional do Comitê de Avaliação e Indicadores de Gestão Pública do IIRB

**Tema:** Índice de Efetividade da Gestão Municipal



**Convidado:** Celso de Lima Freire, servidor no TCE-MG e mestrando em Administração Pública

**Tema:** Desafios e conquistas na vida acadêmica



**Convidada:** Heloisa Helena Godinho, Conselheira Substituta do TCE-GO

**Tema:** Novas funções dos Tribunais de Contas



**Convidada:** Anna Carla Duarte Chispim, Consultora do Núcleo de Desenvolvimento das Engenharias da SME

**Tema:** Obras paralisadas e o papel do controle externo



**Convidado:** Aghisan Xavier, servidor no MPC-MG, Doutor e Mestre em Direito Constitucional e Político

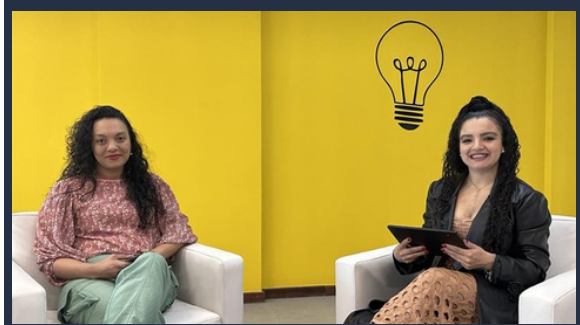
**Tema:** Intervenção estadual e federal





**Convidado:** Túlio César Pereira Machado-Martins, Mestre em Direito e Doutor em Administração Pública

**Tema:** Avaliação de políticas públicas



**Convidado:** Natália Arcanjo, Mestre em Administração Pública e Gestora de Ensino e Pesquisa na Fundação João Pinheiro.

**Tema:** Mineração e controle externo



**Convidado:** José Sérgio Cristóvam, Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina

**Tema:** Governo digital, dados abertos e políticas públicas baseadas em evidências



**Convidado:** Daniel Pimenta, Presidente da Associação Mineira de Economia e Direito

**Tema:** Reforma tributária e os impactos estruturais no sistema brasileiro



**Convidado:** Kainan Belato, Mestre em Artes e Especialista em Administração Pública

**Tema:** A arte como política pública



**Convidada:** Luciana Raso, Coordenadora da Pós-Graduação da Escola de Contas (TCE-MG)

**Tema:** O papel da Ouvidoria no fortalecimento do controle externo



**Convidada:** Elke Moura, Procuradora-Ouvidora do MPC-MG

**Tema:** Projeto "Conhecendo o MPC"



**Convidada:** Renata Costa Rainho, Assessora no TCE-MG e professora

**Tema:** Mudanças nas concessões e PPPs

# Instância de Revisão e Padronização

## **Clareza textual, racionalidade administrativa e fortalecimento da comunicação institucional**

Todo esse crescimento da produção textual institucional do Ministério Público de Contas ao longo dos últimos anos demandou acompanhamento sistemático dos processos de escrita e circulação interna de informações. Por isso, desde a primeira gestão, foi incorporado à rotina administrativa suporte especializado voltado a:

- qualificação textual;
- padronização documental; e
- aprimoramento da comunicação institucional.

Notas técnicas, manifestações, relatórios, expedientes administrativos, ofícios, matérias institucionais, registros administrativos e outros documentos passaram a ser submetidos a revisão, antes de sua circulação interna ou publicação.

As medidas implementadas contribuíram para:

- maior uniformidade documental;
- aprimoramento da clareza textual;
- fortalecimento da inteligibilidade institucional; e
- qualificação técnica dos registros administrativos produzidos pelo Órgão.

A atuação também abarcou acompanhamento das rotinas relacionadas:

- à elaboração e revisão de atas; dando suporte documental às atividades colegiadas; e
- à organização textual dos registros administrativos produzidos no âmbito do Ministério Público de Contas.

Circulação desorganizada da informação compromete tanto a comunicação institucional quanto a capacidade de coordenação das estruturas públicas. Em vista disso, a organização textual e documental no MPC-MG passou a integrar mecanismo mais amplo de racionalização administrativa e fortalecimento institucional.

Em grande medida, a linguagem produzida pelas instituições de fiscalização estatal permaneceu historicamente concentrada em circuitos especializados, pouco acessíveis à sociedade e frequentemente distantes da experiência concreta do cidadão em relação ao funcionamento da Administração Pública. Isso porque, por muito tempo, os órgãos de controle externo desenvolveram suas atividades em ambiente institucional marcado por forte tecnicidade, baixa visibilidade pública e circulação restrita de informações.

Nos últimos anos, o crescimento das demandas sociais por transparência, o fortalecimento das plataformas digitais e a ampliação das formas de participação pública alteraram as expectativas relacionadas à atuação das instituições de controle. Já não bastava fiscalizar. Tornou-se necessário explicar, comunicar, traduzir e aproximar.

As iniciativas desenvolvidas pelo Ministério Público de Contas entre 2024 e 2026 nasceram justamente dessa percepção. As estratégias de comunicação institucional implementadas ao longo do período foram além da divulgação de atividades administrativas. Observamos o fortalecimento dos mecanismos de transparência, a ampliação da circulação social das discussões relacionadas ao controle externo e a aproximação do MPC-MG em relação à sociedade mineira.

A comunicação institucional passou, progressivamente, a assumir papel estratégico voltado à promoção da transparência, ao fortalecimento da imagem organizacional e ao aprimoramento do relacionamento com nossos públicos.





# Projeto Conhecendo o MPC

## Formação cidadã, diálogo institucional e circulação do controle externo em Minas Gerais

Criado para aproximar o Ministério Público de Contas da sociedade, o projeto Conhecendo o MPC desenvolve ações voltadas a dois públicos distintos: estudantes dos ensinos médio e superior (especialmente da área de Direito); e, mais recentemente, gestores e servidores públicos dos Municípios alcançados pelos Encontros Técnicos promovidos pelo TCE-MG.

A iniciativa apresenta, de forma acessível e prática, o funcionamento do controle externo, as atribuições do Ministério Público de Contas e os instrumentos disponíveis para acompanhamento da gestão pública e comunicação de irregularidades envolvendo recursos públicos.

As atividades incluem

visitas técnicas

palestras

encontros institucionais

### COORDENAÇÃO DO PROJETO



**Elke Moura.** Foto: MPC-MG.

Responsável pela condução institucional do projeto e articulação das ações de aproximação entre o MPC, instituições de ensino e espaços de formação cidadã.



**Luciene Canesso.** Foto: MPC-MG.

Responsável pela organização operacional das atividades, interlocução com instituições parceiras e acompanhamento da execução das ações desenvolvidas pelo projeto.

### Cooperação acadêmica

Celebrado entre o MPC-MG e a Faculdade Milton Campos, o Termo de Cooperação, firmado em 14 de maio de 2025, vigente até 31 de maio de 2026, busca ampliar a presença do projeto Conhecendo o MPC no ambiente universitário, por meio da realização contínua de palestras, encontros formativos e visitas técnicas voltadas a estudantes de graduação e pós-graduação.

## Parceria com o TCE-MG

A ampliação do projeto ocorreu paralelamente à aproximação institucional entre MPC-MG e TCE-MG nas ações de interiorização promovidas pelos Encontros Técnicos do Tribunal. A inserção do Ministério Público de Contas na programação dessas comitivas permitiu levar debates sobre fiscalização pública, integridade administrativa, transparência e controle social a gestores municipais, servidores públicos e comunidades acadêmicas de diferentes regiões mineiras.

Entre **junho de 2025 e maio de 2026**, o projeto passou por ampliação quantitativa e territorial mais acelerada. Foram registradas:

- **22 atividades** realizadas em 2025;
- **9 ações** promovidas até abril de 2026;
- **13 novas atividades já programadas** para o restante do exercício.

## Participação Institucional

As atividades são conduzidas por membros e servidores de diferentes Gabinetes do MPC-MG, entre eles:



**Daniel Guimarães**  
Subprocurador-Geral



**Sara Meinberg**  
Procuradora-Corregedora



**Giovanna Bonfante**  
Assessora  
da Procuradora-Ouvidora,  
Elke Moura



**Alan de Andrade Pereira**  
Assessor  
da Procuradora-Ouvidora,  
Elke Moura



**Tatiana Almeida**  
Assessora do Procurador  
Glaydson Massaria



**Bárbara Muzzi**  
Assessora do  
Subprocurador-Geral, Daniel  
Guimarães



**Ílder Miranda**

Assessor da Procuradora  
Maria Cecília Borges



**Ana Carolina de Souza e Silva**

Assessora da Procuradora  
Cristina Andrade Melo



**Maria Tereza Dias**

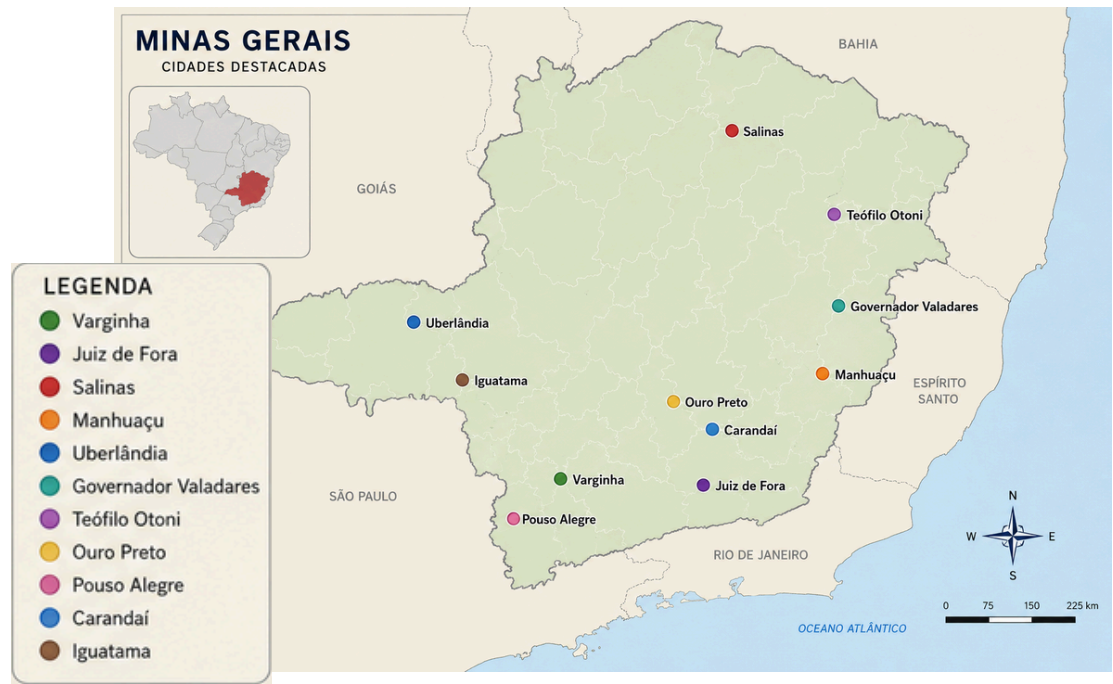
Assessora do Procurador-Geral  
Marcílio Barenco

## Alguns registros dos encontros





As ações alcançaram universidades, escolas e Municípios do interior, com atividades desenvolvidas em:



### Ensino superior

PUC Minas

UniHorizontes

Milton Campos

UFJF

Unifenas

### Educação básica

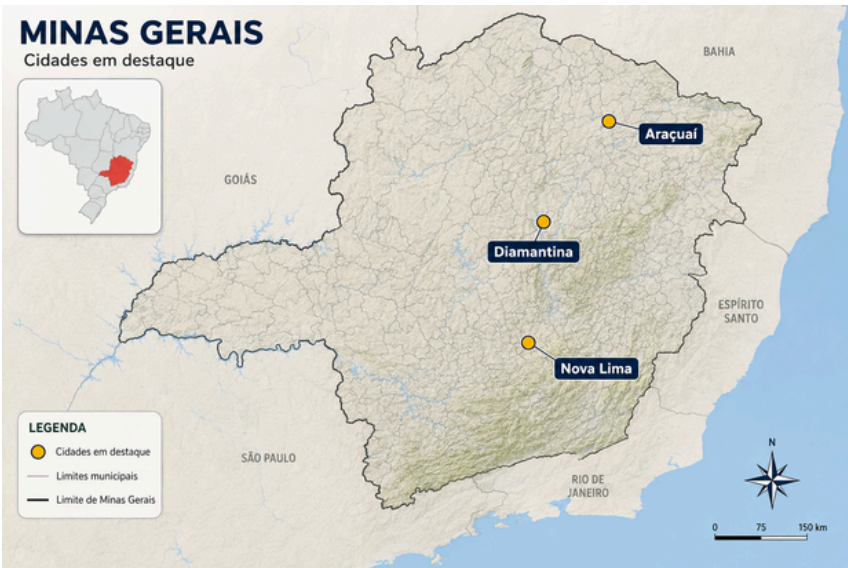
Colégio Loyola

Colégio Santa Dorotéia

Colégio Santa Maria

## O projeto segue em circulação

Até maio de 2026, o Conhecendo MPC visitará também as cidades abaixo:



# Termos de Adesão e Cooperação Técnica

Os Acordos de Cooperação Técnica e Protocolos de Intenções possibilitam o intercâmbio de informações com diferentes órgãos e instituições, o desenvolvimento de ações conjuntas e o aprimoramento de iniciativas voltadas à promoção da transparência, ao fortalecimento do controle externo e à melhoria das políticas públicas.

Ao longo desta gestão, o MPC-MG firmou quatro instrumentos de cooperação com instituições públicas e entidades acadêmicas, além de aderir a plataformas institucionais que ampliam os canais de diálogo com a sociedade. As iniciativas descritas a seguir demonstram o compromisso da instituição com a atuação articulada entre órgãos de controle e com o fortalecimento de mecanismos de participação e controle social.

## **Adesão à Plataforma Fala.BR**

Em 5 de fevereiro de 2024, o MPC-MG formalizou sua adesão à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, sistema gerido pela Controladoria-Geral da União que reúne, em ambiente digital único, manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação. A iniciativa fortalece os canais de diálogo entre a instituição e a sociedade, permitindo o recebimento e tratamento de manifestações como elogios, reclamações, sugestões, solicitações e denúncias, além de contribuir para o aprimoramento das práticas de transparência e participação social.

## **Termo de Cooperação com a Faculdade Milton Campos**

Em 19 de dezembro de 2024, o MPC-MG firmou Termo de Cooperação com a Faculdade Milton Campos com o objetivo de inserir, de forma permanente, o projeto “Conhecendo o MPC” no ambiente acadêmico da instituição. A parceria prevê a realização periódica de palestras e visitas técnicas destinadas a estudantes de graduação e pós-graduação, com a finalidade de apresentar o papel institucional do Ministério Público de Contas no Estado Democrático de Direito, disseminar a cultura do controle social e aproximar a instituição da comunidade acadêmica.

### **Protocolo de Intenções com o MPMG**

Já em 4 de abril de 2025, o MPC-MG e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais celebraram Protocolo de Intenções voltado à cooperação institucional no âmbito do projeto “Crescer Juntos: Creches e Oportunidades”. A iniciativa busca promover ações interinstitucionais destinadas à ampliação do acesso à educação infantil, especialmente para crianças de 0 a 3 anos de idade, por meio do compartilhamento de informações, articulação entre instituições e estímulo à formulação de políticas públicas voltadas à expansão de vagas em creches nos Municípios mineiros.

### **Acordo de Cooperação Técnica entre MPMG e MPC-MG**

Em decorrência do Protocolo acima, em 6 de fevereiro de 2026, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o *Parquet* de Contas MPMG com o objetivo de fortalecer a fiscalização das políticas públicas educacionais nos Municípios mineiros. O instrumento prevê o compartilhamento de dados e informações estratégicas entre as instituições, incluindo plataformas e levantamentos relacionados à educação infantil, de modo a aprimorar o acompanhamento da oferta de vagas e subsidiar a atuação institucional na promoção do direito à educação.







# **CONHECIMENTO, PESQUISA E FORMAÇÃO TÉCNICA**



# Tecnologia, Governança e Conhecimento Institucional

O controle externo contemporâneo passou a exigir, de maneira crescente, instituições capazes de produzir conhecimento técnico, interpretar transformações da Administração Pública e acompanhar mudanças relacionadas à tecnologia, à governança e às novas formas de organização estatal.

A expansão das plataformas digitais de contratação, o crescimento exponencial das bases de dados públicas, a emergência de sistemas automatizados de tomada de decisão e a complexidade crescente das políticas públicas passaram a impor desafios que ultrapassam modelos tradicionais de fiscalização centrados exclusivamente na análise posterior do ato administrativo.

Ao longo dos últimos anos, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais buscou fortalecer sua capacidade institucional de responder a esse cenário. Parte importante das medidas desenvolvidas entre 2024 e 2026 concentrou-se na:

- qualificação técnica das equipes;
- produção de conhecimento institucional;
- consolidação de espaços de reflexão acadêmica; e
- incorporação progressiva de temas relacionados ao futuro do controle externo.

O objetivo consistiu em ampliar participação institucional em eventos ou atividades formativas, bem como proporcionar ambiente institucional mais preparado para compreender:

- transformações contemporâneas da Administração Pública;
- impactos tecnológicos sobre fiscalização estatal; e
- novos desafios relacionados à efetividade das políticas públicas.

A circulação institucional de conhecimento passou, nesse contexto, a compor dimensão estratégica da própria atuação do Órgão. Para isso, valorizou-se tanto a participação dos Procuradores em eventos diversos quanto a profissionalização do processo editorial da *Controle em Foco: Revista do MPC-MG*.

# Revista Controle em Foco

## Produção científica, profissionalização editorial e inserção acadêmica

A Revista *Controle em Foco* atravessou, entre 2024 e 2026, etapa importante de amadurecimento editorial e consolidação acadêmica.

Coordenado pela Procuradora Cristina Andrade Melo, o periódico passou a operar com fluxos editoriais mais estruturados, incorporação de rotinas permanentes de preparação técnica dos artigos e fortalecimento dos mecanismos de avaliação científica.

Desde a primeira gestão, iniciada em 2022, a revista passou a contar com acompanhamento profissional especializado voltado:

- à qualificação textual;
- à normalização bibliográfica;
- à preparação editorial dos artigos; e
- à revisão técnica dos materiais publicados.

## Evolução editorial da Revista



Ao longo do segundo ciclo da gestão, essas rotinas foram ampliadas e estabilizadas. Os artigos científicos submetidos ao periódico passaram a seguir procedimentos permanentes de:

- copidesque;
- revisão linguística;
- preparação editorial; e
- normalização bibliográfica.



A adoção mais sistemática dessas práticas permitiu:

- maior uniformidade textual;
- fortalecimento da consistência editorial da publicação; e
- adequação progressiva às exigências técnicas relacionadas à produção científica contemporânea.

O processo de profissionalização editorial também envolveu aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação acadêmica utilizados pelo periódico.

Adotou-se o sistema de parecer duplo cego (*double blind peer review*), no qual autores e pareceristas permanecem reciprocamente identificados apenas pela equipe editorial durante o processo de avaliação dos trabalhos submetidos.

A implementação desse modelo:

- amplia imparcialidade das avaliações;
- fortalece qualidade técnica dos pareceres; e
- aproxima a publicação das práticas adotadas pelos periódicos científicos de maior circulação acadêmica.

Os membros envolvidos na condução editorial da Revista também participaram de capacitações relacionadas:

- ao Open Journal Systems (OJS);
- à editoração científica;
- às boas práticas de publicação acadêmica; e
- aos critérios de avaliação utilizados pelos sistemas de indexação científica.

A utilização mais sistemática do OJS alterou significativamente a dinâmica de produção do periódico.

Além da organização dos fluxos de submissão, avaliação e publicação dos artigos, a plataforma passou a exigir acompanhamento técnico contínuo relacionado à:

- manutenção operacional do sistema;
- organização dos fluxos internos; e
- gestão da interface digital utilizada por autores, pareceristas e editores.

Esse processo levou à incorporação, na equipe editorial, de suporte técnico especializado responsável pela operacionalização contínua da plataforma e pelo acompanhamento das demandas relacionadas ao funcionamento digital da revista.

As medidas implementadas ao longo dos últimos anos contribuíram para:

- fortalecimento da consistência editorial da publicação;
- ampliação da padronização técnica dos artigos;
- maior profissionalização das rotinas editoriais; e
- adequação progressiva do periódico às exigências contemporâneas da comunicação científica.

O processo de qualificação editorial desenvolvido nesse período contribuiu para classificação da *Controle em Foco* no estrato B4 do Qualis Capes no quadriênio 2021-2024.

A revista também ampliou inserção institucional do MPC-MG como espaço de circulação de debates relacionados:

- ao controle externo;
- ao Direito Público;
- ao Direito Administrativo;
- às políticas públicas; e
- à atuação das instituições de fiscalização estatal.

## As capas das edições



# Inserção nacional e internacional do MPC-MG nos debates contemporâneos do controle externo

Ao longo do período, membros do Ministério Público de Contas participaram de congressos, fóruns acadêmicos, encontros institucionais e debates técnicos relacionados às transformações contemporâneas da Administração Pública e do controle externo.

A presença institucional do MPC-MG nesses espaços ultrapassou participação protocolar em eventos científicos. Em diferentes ocasiões, os membros do Órgão atuaram como:

- palestrantes;
- debatedores;
- moderadores;
- conferencistas; e
- representantes institucionais em discussões realizadas no Brasil e no exterior.

As atividades desenvolvidas ao longo do período contribuíram para:

- ampliar circulação institucional de conhecimento;
- fortalecer interlocução com outras instituições públicas;
- inserir o MPC-MG em debates contemporâneos sobre fiscalização estatal; e
- aproximar o Órgão de discussões relacionadas à inovação, tecnologia, governança pública e controle preventivo.



Os membros do MPC-MG: Glaydson Massaria, Daniel Guimarães, Maria Cecília Borges, Sara Meinberg, Marcílio Barenco, Elke Moura e Cristina Andrade Melo. 9 nov. 2023. Foto: MPC-MG.



**O Procurador-Geral, Marcílio Barenco,** ampliou participação acadêmica e institucional em debates relacionados:

- ao processo estrutural;
- ao consensualismo administrativo;
- ao controle preventivo; e
- à reorganização contemporânea das instituições de fiscalização estatal.

Em 2024, iniciou residência pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pesquisa relacionada ao sistema multiportas de acesso à Justiça e aos mecanismos consensuais aplicados ao controle das políticas públicas.

Ao longo do período, participou de seminários, painéis e encontros institucionais voltados:

- à transformação contemporânea do Direito Administrativo;
- aos desafios estruturais da Administração Pública; e
- à utilização de mecanismos consensuais e preventivos no âmbito do controle externo.



**0 Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães,** participou de debates e representações institucionais relacionados:

- à efetividade das políticas públicas;
- ao controle preventivo;
- à fiscalização de emendas parlamentares; e
- à reorganização contemporânea da fiscalização estatal.

Além da participação em eventos internacionais ao lado da Procuradora Sara Meinberg, participou de discussões relacionadas à:

- fiscalização do Fundeb;
- governança municipal; e
- atuação preventiva do controle externo em políticas públicas estruturais.



A **Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg**, participou de atividades voltadas à:

- integridade institucional;
- fiscalização pública;
- transparência estatal;
- proteção de dados; e
- cibersegurança.

Em março de 2024, representou o MPC-MG no V Congresso Internacional de Controle e Luta contra a Corrupção, realizado em Salamanca, na Espanha, oportunidade em que palestrou em painel voltado à cibersegurança e controle social.

Também participou de encontros técnicos e institucionais relacionados a:

- integridade administrativa;
- modernização dos mecanismos de fiscalização; e
- transformações tecnológicas da Administração Pública.





A **Procuradora-Ouvidora, Elke Moura**, participou de eventos relacionados a:

- controle social;
- aproximação institucional;
- integração entre instituições públicas; e
- enfrentamento da corrupção.

No 22º Encontro Internacional de Juristas, realizado em Montevidéu, no Uruguai, apresentou palestra sobre atuação articulada entre Ministério Público de Contas, Ministério Público comum e Poder Judiciário no enfrentamento de ilícitos contra a Administração Pública e atos de improbidade administrativa.

Também coordenou iniciativas relacionadas ao projeto Conhecendo o MPC.



A **Procuradora Cristina Andrade Melo** manteve presença constante em debates relacionados a:

- Direito Administrativo;
- inovação na gestão pública;
- acessibilidade institucional;
- sustentabilidade; e
- transformações contemporâneas do controle externo.

Além da coordenação editorial da Revista *Controle em Foco*, participou como palestrante convidada em capacitação promovida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG), voltada ao planejamento das contratações públicas e à pesquisa de preços no âmbito da Nova Lei de Licitações.

Também participou de:

- debates promovidos pelo Instituto Rui Barbosa;
- atividades relacionadas à acessibilidade e inclusão no sistema de controle externo; e
- discussões voltadas à modernização da comunicação institucional e da Administração Pública.

Em 2026, participou do IBDA Podcast, oportunidade em que discutiu:

- transformação digital do Estado;
- controle qualitativo de políticas públicas;
- plataformas digitais; e
- inovação administrativa.



A **Procuradora Maria Cecília Borges** ampliou interlocução institucional em debates relacionados a:

- desenvolvimento sustentável;
- mudanças climáticas;
- políticas públicas urbanas;
- regularização fundiária; e
- relação entre controle externo e sustentabilidade.

Participou de painéis e encontros voltados à:

- atuação das instituições de controle em políticas ambientais;
- adaptação dos municípios às emergências climáticas; e
- construção de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável.

Também participou de discussões relacionadas a:

- Programa AdaptaCidades;
- sustentabilidade municipal;
- governança ambiental; e
- articulação entre universidades, Administração Pública e órgãos de controle.



O **Procurador Glaydson Massaria** participou de atividades institucionais relacionadas à:

- fiscalização de contratos administrativos;
- acessibilidade;
- inclusão institucional;
- sustentabilidade urbana;
- organização territorial das cidades.

Ao longo do período, também participou de discussões relacionadas à:

- política de cotas;
- proteção do meio ambiente urbano;
- fiscalização de contratações públicas municipais; e
- acessibilidade na comunicação institucional e na Administração Pública.

Em encontros promovidos pelo sistema de controle externo, integrou debates relacionados à:

- inclusão de grupos vulnerabilizados;
- efetividade das políticas urbanas; e
- construção de cidades mais acessíveis e sustentáveis.







# **O CONTROLE EXTERNO EM TRANSFORMAÇÃO**

# Infraestrutura institucional e modernização dos espaços de deliberação

Encerrando um ciclo marcado pela ampliação da capacidade institucional e pela modernização administrativa do MPC-MG, a atual gestão entrega o Plenário do Colégio de Procuradores, espaço concebido para acolher reuniões deliberativas, sessões administrativas, debates estratégicos, atividades de coordenação institucional e tomadas de decisão relacionadas ao funcionamento do Órgão.

Projetado para atender às demandas contemporâneas de colegialidade, governança e integração funcional, o ambiente está arquitetado com estrutura física, tecnológica e operacional compatível com a dinâmica das atividades ministeriais. O plenário conta com mesa colegiada, estações de trabalho, sistema de sonorização, recursos audiovisuais, equipamentos de informática, infraestrutura para videoconferências, mobiliário ergonômico e suporte técnico destinado à realização de reuniões presenciais e híbridas, garantindo condições adequadas para discussão, registro e acompanhamento das deliberações institucionais.

A implementação do Plenário do Colégio de Procuradores culmina um processo de modernização administrativa voltado à qualificação da infraestrutura interna e o fortalecimento das instâncias colegiadas do MPC-MG.



O Plenário do Colégio de Procuradores.

# Inteligência institucional, fronteira tecnológica e valor público

A eficácia do controle externo contemporâneo rompe com a exclusividade da análise formal e contábil. O foco da fiscalização precisa se deslocar da conformidade documental para a inteligibilidade dos resultados e a sustentabilidade das políticas públicas. Entre 2024 e 2026, o Ministério Público de Contas operou essa transição, preparando a instituição para um cenário de complexidade crescente e desafios estruturais.

## 1. Uso estratégico da tecnologia

A transformação digital do Estado não foi encarada pelo MPC-MG como mera aceleração burocrática, mas como redefinição da capacidade investigativa. O debate institucional focou na transparência algorítmica e na utilização estratégica de bases de dados para mitigar a opacidade das decisões automatizadas da Administração Pública.

O objetivo é a implementação de um controle preventivo de dados, ou seja, identificar riscos fiscais e falhas de planejamento antes que o recurso seja empenhado. Isso exige novas competências para fiscalizar plataformas digitais e garantir a rastreabilidade algorítmica, assegurando que a automação não comprometa o compromisso democrático e a proteção de dados pessoais.

## 2. Fiscalização climática e governança territorial

Eventos climáticos extremos e a desorganização territorial desafiam os modelos tradicionais de fiscalização, produzindo impactos fiscais severos e imediatos. O MPC-MG incorporou a sustentabilidade e a governança ambiental como eixos permanentes de atuação. Membros do Órgão participaram ativamente de capacitações sobre adaptação climática, sustentabilidade urbana e controle de recursos ambientais. A tese defendida é clara: a responsabilidade fiscal é indissociável da responsabilidade climática. Instituições de controle que ignoram os riscos ambientais falham em proteger o patrimônio público no longo prazo.

## 3. Inclusão social e densidade democrática

O futuro do controle externo em Minas Gerais vincula-se, necessariamente, à democratização do acesso às estruturas públicas. O MPC-MG ampliou a interlocução com universidades e centros de pesquisa para compreender as desigualdades que as



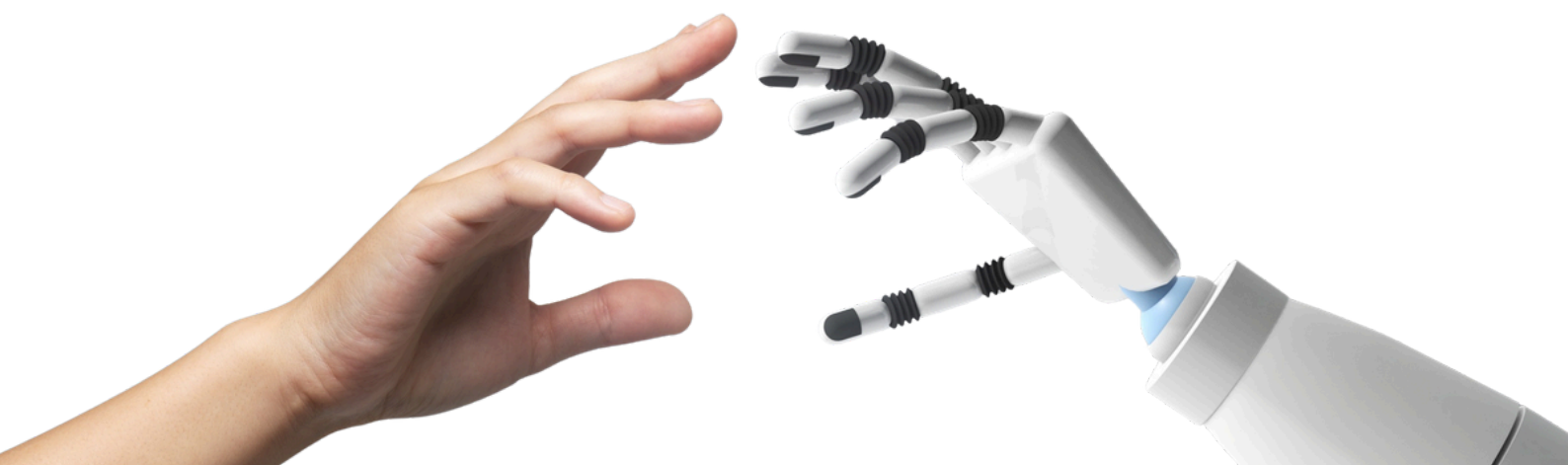
políticas públicas devem combater. Temas como acessibilidade, proteção de grupos vulnerabilizados e inclusão social deixaram de ser periféricos para compor o centro da análise técnica sobre a efetividade do gasto.

#### 4. O horizonte das instituições de controle

As transformações do Estado indicam um ambiente de maior complexidade e intensa circulação digital de informações. O fortalecimento do MPC-MG dependerá da sua capacidade de responder a esse cenário sem perder a racionalidade decisória e a estabilidade institucional. O legado deste biênio é uma instituição que compreende a tecnologia como ferramenta, a sustentabilidade como meta e o cidadão como o destinatário final de toda fiscalização.



#### NOVOS DESAFIOS DO CONTROLE EXTERNO





## OLHAR PARA O FUTURO ■

Nenhuma instituição pública pertence ao tempo de uma única gestão. Estruturas administrativas atravessam governos, transformações sociais e sucessivas gerações de agentes públicos. Algumas escolhas permanecem; outras se mostram transitórias. Creio que uma das maiores responsabilidades de quem ocupa funções de direção esteja justamente na capacidade de distinguir entre ambas.

Ao longo destes anos, promovemos a reorganização administrativa da CAMP e da CAOP; o fortalecimento do Gabinete de Inteligência, do NURC e da Ouvidoria; a profissionalização da Revista *Controle em Foco*; a ampliação da comunicação institucional; a aproximação com universidades, espaços acadêmicos e gestores municipais; o investimento contínuo na formação de Procuradores e servidores por meio de congressos, fóruns, encontros técnicos, cursos e capacitações.



**Registro meu agradecimento sincero a todos que me acompanharam nesta trajetória. Grande parte do que foi realizado neste período em que estive à frente da Procuradoria-Geral decorre da competência técnica, da dedicação e do compromisso público de cada um de vocês, que preservam diariamente a continuidade institucional do Ministério Público de Contas.**

Buscamos preparar o MPC-MG para desafios que já se impõem ao controle externo contemporâneo: transformação digital, complexidade das políticas públicas, circulação massiva de dados, emergência climática e crescente necessidade de atuação preventiva, coordenada e orientada por análise estratégica.

Nada disso, porém, teria sido possível sem as pessoas que sustentam diariamente o funcionamento desta Casa. Procuradores, servidores, terceirizados, estagiários e colaboradores foram responsáveis por transformar planejamento em execução, dificuldades em soluções e diretrizes em resultados.

Registro, por isso, meu agradecimento sincero a todos que caminharam ao meu lado nesta trajetória. Muito do que foi realizado neste período em que estive à frente da Procuradoria-Geral decorre da competência técnica, da dedicação e do compromisso público de cada um de vocês, que sustentam diariamente o funcionamento e a continuidade institucional do Ministério Público de Contas.

Encerrado o ciclo, chega a hora de esvaziar a Procuradoria-Geral das marcas pessoais acumuladas ao longo dos anos, permitindo que outra gestão ocupe o espaço com liberdade, identidade própria e novos projetos. Tenho convicção de que nossa eminente e iminente Procuradora-Geral, Sara Meinberg, conduzirá esse novo período com serenidade, espírito público e compromisso institucional, razão pela qual lhe dirijo meus votos de uma gestão profícua e exitosa. Creio que a continuidade do serviço público exige a capacidade de compreender que ninguém permanece; a instituição é que deve permanecer.

**Marcílio Barenco Corrêa de Mello**

“O segredo da existência humana reside não só em viver,  
mas também em saber para que se vive.”

# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2024-2026

### Procurador-Geral

Marcílio Barenco Corrêa de Melo

### Subprocurador-Geral

Daniel de Carvalho Guimarães

### Coordenação e Redação

Lílian de Oliveira

Simone Pereira Lopes

### Projeto Gráfico e Diagramação

Simone Pereira Lopes

### Revisão de Provas

Lílian de Oliveira

INSTAGRAM



@mpc\_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK



Ministério Público de Contas  
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN



Ministério Público de Contas  
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

TWITTER/X



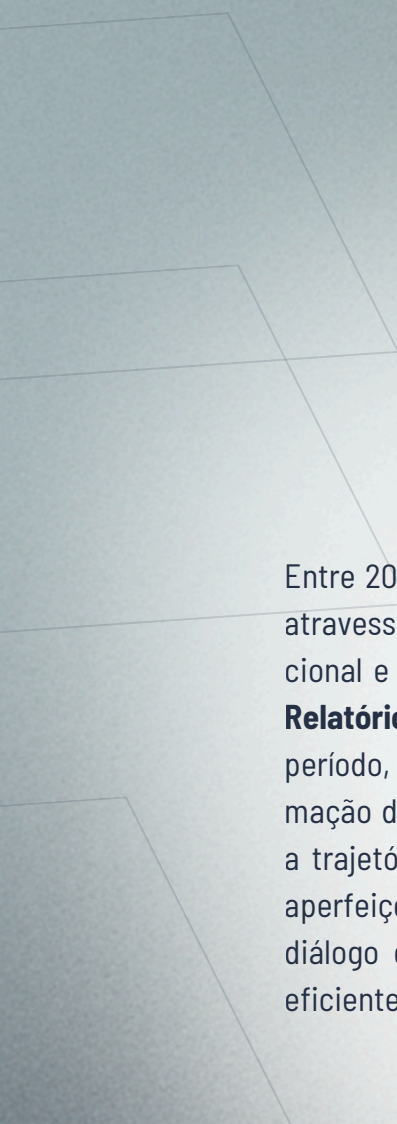
@mpc\_mg

FLICKR



Ministério Público de Contas  
do Estado de Minas Gerais





Entre 2024 e 2026, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais atravessou um ciclo de reorganização administrativa, modernização institucional e ampliação de sua capacidade de atuação no controle externo. Este **Relatório de Gestão** apresenta as medidas que orientaram a instituição no período, contemplando avanços em governança, transparência, transformação digital, consensualidade e comunicação pública. O documento retrata a trajetória de um órgão em permanente movimento, comprometido com o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização, o fortalecimento do diálogo com a sociedade e a construção de respostas mais coordenadas, eficientes e contemporâneas para os desafios da Administração Pública.

